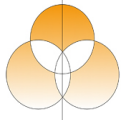




EMPRESA NACIONAL DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS, SA

RELATÓRIO E CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2020

**RELATÓRIO ANUAL E PARECER
DO
FISCAL ÚNICO**



CONTEÚDO

1. Relatório anual e parecer do fiscal único

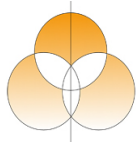
2. Relatório dos auditores independentes

3. Relatório anual da fiscalização

4. Anexos

4.1. Demonstrações financeiras auditadas

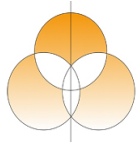
4.2. Relatório de gestão do conselho de administração



AUDITEC-SOCIEDADE DE AUDITORES CERTIFICADOS, LDA.

Registada na Ordem Profissional de Auditores e Contabilistas Certificados

RELATÓRIO ANUAL E PARECER DO FISCAL ÚNICO



AUDITEC-SOCIEDADE DE AUDITORES CERTIFICADOS, LDA.

Registada na Ordem Profissional de Auditores e Contabilistas Certificados

RELATÓRIO ANUAL E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Exmo. Acionista e Conselho de Administração da
EMPROFAC-Empresa Nacional de Produtos Farmacêuticos, SA

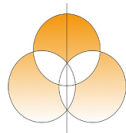
1. Enquanto Fiscal Único da EMPROFAC-Empresa Nacional de Produtos Farmacêuticos, SA ("Sociedade") e dando cumprimento ao estabelecido nos artigos 333º a 335º do Código das Sociedades Comerciais, vimos apresentar a V. Exas. o nosso Relatório referente ao exercício de 2020.
2. Acompanhámos a gestão da Sociedade e procedemos à revisão das informações financeiras intercalares e do conteúdo das Atas das reuniões dos órgãos sociais, tendo solicitado e obtido os esclarecimentos que considerámos necessários, nas circunstâncias, nada tendo observado em contrário às práticas da boa gestão e que pudesse constituir de alguma forma um incumprimento deliberado das disposições legais e estatutárias.
3. Verificámos o controlo orçamental, tendo constatado que houve um desvio favorável dos rendimentos em relação ao orçado, de 486.152 contos (+23%), um desvio desfavorável dos gastos em relação ao orçado de 618.145 contos (+34%), e um resultado antes de impostos inferior ao orçado, em 131.993 contos (-45%), devido essencialmente ao aumento de gastos com imparidades em inventário e outros gastos, o que denota a não consecução, estrita, dos objetivos para o ano 2020.
4. Auditámos as demonstrações financeiras ("Contas") do exercício e pudemos constatar que foram elaboradas de acordo com as Normas de Relato Financeiro em vigor em Cabo Verde, nomeadamente no que concerne a aplicação consistente dos critérios de mensuração adotados, tendo emitido o Relatório dos Auditores Independentes (Certificação Legal das Contas), com uma ênfase, que se dá aqui como integralmente reproduzido.
5. Apreciámos o Relatório de gestão do Conselho de Administração ("Relatório"), o qual conforma com o conteúdo das demonstrações financeiras e satisfaz o estabelecido no artigo 72º do Código das Sociedades Comerciais, exceto que não inclui as informações previstas nas alíneas f), g) e h) do referido artigo do citado Código.
6. Nesta conformidade, somos de Parecer que o Relatório e Contas, apresentados pelo Conselho de Administração, podem ser aprovados pela Assembleia-geral, bem assim a proposta de aplicação dos resultados, nos termos previstos no artigo 252º, nº 1, do supracitado Código das Sociedades Comerciais.
7. Finalmente, manifestamos o nosso apreço ao Conselho de Administração e ao departamento financeiro da Sociedade, pela colaboração que nos foi prestada no cumprimento das nossas atribuições.

Praia, 04 de Junho de 2021

AUDITEC – Sociedade de Auditores Certificados, Lda.

Representada por
Dr. João Marcos Alves Mendes
Auditor Certificado-Cédula Profissional nº 4

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES



RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

- Certificação Legal das Contas -

Exmo. Acionista e Conselho de Administração da
EMPROFAC-Empresa Nacional de Produtos Farmacêuticos, SA

Opinião

1. Auditámos as demonstrações financeiras da EMPROFAC-Empresa Nacional de Produtos Farmacêuticos, SA ("Sociedade" ou "EMPROFAC"), que compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2020, e a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração de alterações no capital próprio e a demonstração de fluxos de caixa, relativas ao exercício findo naquela data, e o anexo, contendo um resumo das políticas contabilísticas significativas.

2. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da EMPROFAC-Empresa Nacional de Produtos Farmacêuticos, SA em 31 de Dezembro de 2020, e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa, relativos ao exercício findo naquela data, de acordo com as Normas de Relato Financeiro em vigor em Cabo Verde.

Bases para a opinião

3. A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISAs). As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas no parágrafo "Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Financeiras" abaixo, neste relatório. Somos independentes da Sociedade, de acordo com os requisitos éticos que são relevantes para nossa auditoria das demonstrações financeiras, expressos no Código de Ética e Deontologia Profissional da Ordem dos Auditores e Contabilistas Certificados de Cabo Verde e cumprimos nossas outras responsabilidades éticas de acordo com o citado Código de Ética. Consideramos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

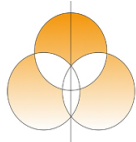
Ênfase

4. Chamamos a atenção para o conteúdo da nota 32 do anexo, referindo que durante o exercício de 2020, continua-se a vivenciar a situação de pandemia mundial devido ao coronavírus, causador da COVID-19, situação que permanece em 2021. A EMPROFAC admite que o surto epidémico não tem qualquer implicação nas contas apresentadas e embora não possa quantificar os eventuais efeitos da pandemia na posição financeira, no desempenho financeiro e nos fluxos de caixa futuros, considera, no entanto, que a continuidade de exploração da Sociedade não se encontra em causa. A nossa opinião não é modificada no que respeita a esta matéria.

Informação distinta das demonstrações financeiras e do relatório de auditoria sobre as mesmas

5. O Conselho de Administração da EMPROFAC é responsável pela elaboração do relatório de gestão da Sociedade, de acordo com o Estatuto e nos termos estabelecidos no Código das Sociedades Comerciais. O relatório de gestão em si não inclui as demonstrações financeiras e o respetivo relatório do auditor.

6. A nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não inclui o relatório de gestão e não expressamos qualquer garantia de fiabilidade sobre o mesmo.



7. Em conexão com a nossa auditoria das demonstrações financeiras, a nossa responsabilidade é de fazer uma leitura do relatório de gestão e, ao fazer isso, analisar se a informação financeira nele contido é materialmente inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria, ou pareçam conter erros materiais.

8. Se, baseado no trabalho efetuado, concluímos que há erros materiais na informação financeira contida no relatório de gestão, devemos relatar esse facto. Exceto que o relatório é omissivo quanto a algumas informações que dele devem constar, conforme estabelecido nas alíneas f), g) e h) do nº 3 do artigo 72º do Código das Sociedades Comerciais, de resto, nada mais temos a relatar a este respeito.

Responsabilidades pelas Demonstrações Financeiras

9. O Conselho de Administração é responsável pela preparação e apresentação apropriadas destas demonstrações financeiras de acordo com as Normas de Relato Financeiro em vigor em Cabo Verde e pelo controlo interno que determine ser necessário para possibilitar a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou a erro.

10. Na preparação das demonstrações financeiras o Conselho de Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Sociedade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias relativas à continuidade das operações e à utilização do pressuposto contabilístico da continuidade, a não ser que o Conselho de Administração tenciona liquidar a Sociedade ou cessar as operações ou não tem alternativa realista senão fazê-lo.

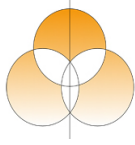
11. Os encarregados pela governação são responsáveis pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Sociedade.

Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Financeiras

12. Os nossos objetivos consistem em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório de auditoria onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria conduzida de acordo com as ISAs detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores, tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

13. Como parte de uma auditoria de acordo com as ISAs fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

13.1. Identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião de auditoria. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno.



AUDITEC-SOCIEDADE DE AUDITORES CERTIFICADOS, LDA.

Registada na Ordem Profissional de Auditores e Contabilistas Certificados

13.2. Obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Sociedade.

13.3. Avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo Conselho de Administração.

13.4. Concluimos sobre a apropriação do uso, pelo Conselho de Administração, do pressuposto contabilístico da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Sociedade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório de auditoria. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Sociedade descontinue as suas operações.

13.5. Avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada.

14. Informamos ao Conselho de Administração, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria e as conclusões significativas da auditoria, incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

Praia, 04 de Junho de 2021

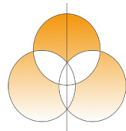
AUDITEC – Sociedade de Auditores Certificados, Lda.

Representada por

Dr. João Marcos Alves Mendes

Auditor Certificado-Cédula Profissional nº 4

RELATÓRIO ANUAL DA FISCALIZAÇÃO



RELATÓRIO ANUAL DA FISCALIZAÇÃO

Exmo. Acionista e Conselho de Administração da
EMPROFAC-Empresa Nacional de Produtos Farmacêuticos, SA

1. INTRODUÇÃO

Emitimos o presente relatório no cumprimento do estipulado nos artigos 333º e 335º do Código das Sociedades Comerciais no que concerne a fiscalização efetuada às contas e à gestão da Sociedade EMPROFAC-Empresa Nacional de Produtos Farmacêuticos, SA, adiante designada por EMPROFAC, Empresa ou Sociedade.

2. ÂMBITO

Exercemos as competências e os poderes adstritos ao Fiscal Único nos termos dos artigos 333º e 334º do supracitado Código das Sociedades Comerciais e efetuámos uma auditoria das demonstrações financeiras da Sociedade, relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2020, de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria e com a profundidade considerada necessária nas circunstâncias. Em consequência da auditoria que realizámos e da fiscalização da gestão da Sociedade, foi emitido o Relatório dos Auditores Independentes (Certificação Legal das Contas) e o Relatório Anual e Parecer como Fiscal Único da EMPROFAC, os quais são apresentados nos parágrafos 4 e 5, mais adiante, neste Relatório.

3. TRABALHOS EFETUADOS

De entre outros, executámos os seguintes procedimentos:

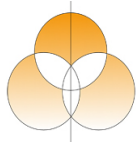
3.1. Acompanhámos a gestão da Sociedade através de contactos pertinentes com o Conselho de Administração e com o departamento financeiro, e da tomada de conhecimento das principais decisões da Assembleia-geral e do Conselho de Administração, lavradas em Ata, tendo solicitado e obtido esclarecimentos que considerámos necessários e verificado a correta implementação das principais decisões.

3.2. Apreciámos a adequação e consistência das políticas contabilísticas adotadas pela Empresa, as quais são divulgadas no anexo do período compreendido entre 01 de Janeiro de 2020 e 31 de Dezembro de 2020.

3.3. Verificámos a conformidade das demonstrações financeiras, que compreendem o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração de alterações no capital próprio, a demonstração de fluxos de caixa e o anexo, com as Normas de Relato Financeiro em vigor em Cabo Verde.

3.4. Verificámos a conformidade das demonstrações financeiras com os registos contabilísticos que lhes servem de suporte.

3.5. Analisámos o sistema de controlo interno existente nas diversas áreas e atividades da Empresa, tendo efetuado os testes de conformidade apropriados.



AUDITEC-SOCIEDADE DE AUDITORES CERTIFICADOS, LDA.

Registada na Ordem Profissional de Auditores e Contabilistas Certificados

3.6. Analisámos a informação financeira divulgada, sobre a qual efetuámos, de entre outros, os seguintes testes substantivos:

3.6.1. Verificámos a existência em caixa à data de 31 de Dezembro de 2020.

3.6.2. Analisámos as reconciliações bancárias preparadas pela Empresa.

3.6.3. Solicitámos a confirmação direta e por escrito, junto de bancos, companhias de seguro, advogados, clientes, fornecedores e outros terceiros, dos saldos de contas, responsabilidades, garantias prestadas ou obtidas, processos judiciais pendentes, etc. Nos casos em que não foi obtida resposta, efetuámos os procedimentos alternativos que considerámos necessários.

3.6.4. Acompanhámos a contagem física e/ou verificámos a lista de inventários finais, nomeadamente no que concerne a respetiva mensuração, cálculo e compilação.

3.6.5. Procedemos à inspeção física dos principais elementos do ativo fixo tangível, mormente dos adquiridos no exercício, e verificámos a razoabilidade dos valores capitalizados.

3.6.6. Verificámos a correta mensuração dos investimentos financeiros da empresa, mormente das eventuais ações cotadas em bolsa e das participações financeiras em associadas e participadas.

3.6.7. Verificámos a existência de títulos de propriedade ou registo em nome da Sociedade, dos bens de inventário, propriedades de investimento e ativo fixo tangível, sujeitos a registo.

3.6.8. Analisámos a adequação dos saldos das diversas contas de acréscimos e diferimentos, imparidades e provisões e depreciações e amortizações acumuladas.

3.6.9. Analisámos e testámos os vários elementos de gastos e perdas e rendimentos e ganhos, do exercício.

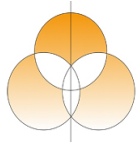
3.6.10. Verificámos a situação fiscal e parafiscal da Empresa e a adequada contabilização dos impostos e contribuições para a previdência social.

3.6.11. Apreciámos a política de seguros do ativo, incluindo a atualização dos capitais seguros.

3.6.12. Examinámos a informação relativa a eventos significativos ocorridos após 31 de Dezembro 2019.

3.7. Solicitámos a declaração de responsabilidade do Conselho de Administração, inerente à preparação das demonstrações financeiras da Empresa, as quais são apresentadas em anexo a este Relatório.

3.8. Examinámos o Relatório de Gestão apresentado pelo Conselho de Administração, o qual também anexamos, tendo verificado a sua conformidade com as demonstrações financeiras referentes ao exercício. Ademais, pudemos constatar que, exceto a omissão de algumas informações que dele devem constar, conforme as alíneas f), g) e h) do artigo 72º do Código das Sociedades Comerciais, o referido relatório satisfaz razoavelmente os restantes requisitos do referido artigo do citado Código.



4. RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. Auditámos as demonstrações financeiras da EMPROFAC-Empresa Nacional de Produtos Farmacêuticos, SA ("Sociedade" ou "EMPROFAC"), que compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2020, e a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração de alterações no capital próprio e a demonstração de fluxos de caixa, relativas ao exercício findo naquela data, e o anexo, contendo um resumo das políticas contabilísticas significativas.

2. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da EMPROFAC-Empresa Nacional de Produtos Farmacêuticos, SA em 31 de Dezembro de 2020, e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa, relativos ao exercício findo naquela data, de acordo com as Normas de Relato Financeiro em vigor em Cabo Verde.

3. A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISAs). As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas no parágrafo "Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Financeiras" abaixo, neste relatório. Somos independentes da Sociedade, de acordo com os requisitos éticos que são relevantes para nossa auditoria das demonstrações financeiras, expressos no Código de Ética e Deontologia Profissional da Ordem dos Auditores e Contabilistas Certificados de Cabo Verde e cumprimos nossas outras responsabilidades éticas de acordo com o citado Código de Ética. Consideramos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

4 Chamamos a atenção para o conteúdo da nota 32 do anexo, referindo que durante o exercício de 2020, continua-se a vivenciar a situação de pandemia mundial devido ao coronavírus, causador da COVID-19, situação que permanece em 2021. A EMPROFAC admite que o surto epidémico não tem qualquer implicação nas contas apresentadas e embora não possa quantificar os eventuais efeitos da pandemia na posição financeira, no desempenho financeiro e nos fluxos de caixa futuros, considera, no entanto, que a continuidade de exploração da Sociedade não se encontra em causa. A nossa opinião não é modificada no que respeita a esta matéria.

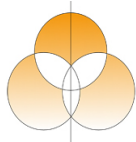
5. O Conselho de Administração da EMPROFAC é responsável pela elaboração do relatório de gestão da Sociedade, de acordo com o Estatuto e nos termos estabelecidos no Código das Sociedades Comerciais. O relatório de gestão em si não inclui as demonstrações financeiras e o respetivo relatório do auditor.

6. A nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não inclui o relatório de gestão e não expressamos qualquer garantia de fiabilidade sobre o mesmo.

7. Em conexão com a nossa auditoria das demonstrações financeiras, a nossa responsabilidade é de fazer uma leitura do relatório de gestão e, ao fazer isso, analisar se a informação financeira nele contido é materialmente inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria, ou pareçam conter erros materiais.

8. Se, baseado no trabalho efetuado, concluímos que há erros materiais na informação financeira contida no relatório de gestão, devemos relatar esse facto. Exceto que o relatório é omissivo quanto a algumas informações que dele devem constar, conforme estabelecido nas alíneas f), g) e h) do nº 3 do artigo 72º do Código das Sociedades Comerciais, de resto, nada mais temos a relatar a este respeito.

9. O Conselho de Administração é responsável pela preparação e apresentação apropriadas destas demonstrações financeiras de acordo com as Normas de Relato Financeiro em vigor em Cabo Verde e pelo controlo interno que



AUDITEC-SOCIEDADE DE AUDITORES CERTIFICADOS, LDA.

Registada na Ordem Profissional de Auditores e Contabilistas Certificados

determine ser necessário para possibilitar a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou a erro.

10. Na preparação das demonstrações financeiras o Conselho de Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Sociedade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias relativas à continuidade das operações e à utilização do pressuposto contabilístico da continuidade, a não ser que o Conselho de Administração tenciona liquidar a Sociedade ou cessar as operações ou não tem alternativa realista senão fazê-lo.

11. Os encarregados pela governação são responsáveis pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Sociedade.

12. Os nossos objetivos consistem em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório de auditoria onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria conduzida de acordo com as ISAs detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores, tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

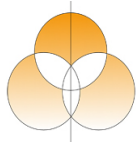
13. Como parte de uma auditoria de acordo com as ISAs fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

13.1. Identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião de auditoria. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno.

13.2. Obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Sociedade.

13.3. Avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo Conselho de Administração.

13.4. Concluimos sobre a apropriação do uso, pelo Conselho de Administração, do pressuposto contabilístico da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Sociedade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de



AUDITEC-SOCIEDADE DE AUDITORES CERTIFICADOS, LDA.

Registada na Ordem Profissional de Auditores e Contabilistas Certificados

auditoria obtida até à data do nosso relatório de auditoria. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Sociedade descontinue as suas operações.

13.5. Avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada.

14. Informamos ao Conselho de Administração, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria e as conclusões significativas da auditoria, incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

5. RELATÓRIO ANUAL E PARECER DO FISCAL ÚNICO

1. Enquanto Fiscal Único da EMPROFAC-Empresa Nacional de Produtos Farmacêuticos, SA ("Sociedade") e dando cumprimento ao estabelecido nos artigos 333º a 335º do Código das Sociedades Comerciais, vimos apresentar a V. Exas. o nosso Relatório referente ao exercício de 2020.

2. Acompanhámos a gestão da Sociedade e procedemos à revisão das informações financeiras intercalares e do conteúdo das Atas das reuniões dos órgãos sociais, tendo solicitado e obtido os esclarecimentos que considerámos necessários, nas circunstâncias, nada tendo observado em contrário às práticas da boa gestão e que pudesse constituir de alguma forma um incumprimento deliberado das disposições legais e estatutárias.

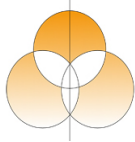
3. Verificámos o controlo orçamental, tendo constatado que houve um desvio favorável dos rendimentos em relação ao orçado, de 486.152 contos (+23%), um desvio desfavorável dos gastos em relação ao orçado de 618.145 contos (+34%), e um resultado antes de impostos inferior ao orçado, em 131.993 contos (-45%), devido essencialmente ao aumento de gastos com imparidades em inventário e outros gastos, o que denota a não consecução, estrita, dos objetivos para o ano 2020.

4. Auditámos as demonstrações financeiras ("Contas") do exercício e pudemos constatar que foram elaboradas de acordo com as Normas de Relato Financeiro em vigor em Cabo Verde, nomeadamente no que concerne a aplicação consistente dos critérios de mensuração adotados, tendo emitido o Relatório dos Auditores Independentes (Certificação Legal das Contas), com uma ênfase, que se dá aqui como integralmente reproduzido.

5. Apreciámos o Relatório de gestão do Conselho de Administração ("Relatório"), o qual conforma com o conteúdo das demonstrações financeiras e satisfaz o estabelecido no artigo 72º do Código das Sociedades Comerciais, exceto que não inclui as informações previstas nas alíneas f), g) e h) do referido artigo do citado Código.

6. Nesta conformidade, somos de Parecer que o Relatório e Contas, apresentados pelo Conselho de Administração, podem ser aprovados pela Assembleia-geral, bem assim a proposta de aplicação dos resultados, nos termos previstos no artigo 252º, nº 1, do supracitado Código das Sociedades Comerciais.

7. Finalmente, manifestamos o nosso apreço ao Conselho de Administração e ao departamento financeiro da Sociedade, pela colaboração que nos foi prestada no cumprimento das nossas atribuições.



AUDITEC-SOCIEDADE DE AUDITORES CERTIFICADOS, LDA.

Registada na Ordem Profissional de Auditores e Contabilistas Certificados

6. NOTA FINAL

Solicitamos que sejam transmitidos os nossos agradecimentos aos colaboradores da EMPROFAC, que nos prestaram assistência durante os trabalhos, e disponibilizámo-nos, desde já, a prestar a V. Exas. qualquer esclarecimento que possam necessitar, após a leitura dos nossos Relatórios, e reiteramos os nossos melhores cumprimentos.

Praia, 04 de Junho de 2021

AUDITEC – Sociedade de Auditores Certificados, Lda.

Representada por

Dr. João Marcos Alves Mendes

Auditor Certificado-Cédula Profissional nº 4

ANEXOS

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS AUDITADAS


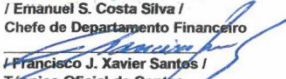
EMPRESA NACIONAL DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS, EMPROFAC - S.A.R.L.
 NIF: 200127055
 Zona Industrial de Tira Chapéu

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019
 (Valores Expressos em milhares de Escudos - mESC)


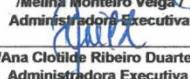
RUBRICAS	Data de referência		
		31/12/2020	31/12/2019
	Notas	Valores	Valores
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	3		
Terrenos e recursos naturais		17 647	17 647
Edifícios e outras construções		191 821	201 228
Equipamento básico		27 446	33 283
Equipamento de transporte		20 042	19 330
Equipamento administrativo		9 078	11 900
Outros activos fixos tangíveis		-	-
Activos intangíveis			
Programas de computador		652	2 452
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial	4	245 359	219 116
Outros activos financeiros		-	-
Outras contas a receber	5	8 662	6 792
Total do activo não corrente		520 706	511 748
Activo corrente			
Inventários	6		
Mercadorias		1 235 585	1 077 857
Clientes	7	1 224 894	602 867
Adiantamentos a fornecedores		3 554	3 659
Estado e outros entes públicos	8	32 110	56 566
Outras contas a receber	5	4 861	9 637
Diferimentos		1 956	-
Outros activos financeiros		-	-
Caixa e depósitos bancários	9	70 545	66 997
Total do activo corrente		2 573 504	1 817 582
Total do activo		3 094 210	2 329 330
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio	10		
Capital realizado		200 000	200 000
Reservas legais		84 333	84 333
Outras reservas		599 266	518 736
Ajustamentos em activos financeiros		206 507	179 824
Outras variações no capital próprio		-	-
Resultados transitados		-	-
Resultado líquido do período		136 927	201 527
Total do capital próprio		1 227 033	1 184 420
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Provisões		8 471	8 471
Estado e outros entes públicos		-	-
Financiamentos obtidos	12	320 937	33 333
Total do passivo não corrente		329 408	41 804
Passivo corrente			
Fornecedores	13	1 079 739	858 539
Adiantamentos de clientes		3 412	2 414
Estado e outros entes públicos	11	33 109	50 120
Accionistas/sócios	14	252 071	166 401
Financiamentos obtidos	12	144 618	-
Outras contas a pagar	15	24 818	25 632
Total do passivo corrente		1 537 768	1 103 106
Total do passivo		1 867 176	1 144 910
Total do capital próprio e do passivo		3 094 210	2 329 330

Praia, 12 de Abril de 2021

A Direcção Administrativa e Financeira


 / Emanuel S. Costa Silva /
 Chefe de Departamento Financeiro

 / Francisco J. Xavier Santos /
 Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração


 / Melina Monteiro Veiga /
 Administradora Executiva

 / Ana Clotilde Ribeiro Duarte /
 Administradora Executiva

/ /
 Presidente do Cons. de Administração

EMPRESA NACIONAL DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS, EMPROFAC - S.A.R.L.

NIF: 200127055

Zona Industrial de Tira Chapéu

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 1 DE JANEIRO DE 2020 E 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E


1 DE JANEIRO DE 2019 E 31 DE DEZEMBRO DE 2019


(valores expressos e milhares de Escudos - mESC)

RUBRICAS	PERÍODO		
	Notas	2020	2019
		Valores	Valores
Vendas e Prestações de serviços	16	2 539 695	2 005 805
Gasto com mercadorias vendidas e matérias consumidas	17	(2 024 081)	(1 516 222)
Resultado operacional bruto		515 614	489 584
Fornecimentos e serviços externos	18	(86 250)	(89 367)
Valor acrescentado bruto		429 364	400 216
Gastos com o pessoal	19	(124 665)	(117 441)
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)	20	(85 411)	(25 270)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	8	-	(673)
Provisões (aumentos/reduções)		-	-
Outros rendimentos e ganhos	21	4 406	8 707
Outros gastos e perdas	22	(71 710)	(40 600)
Resultado antes de depreciações, amortizações, perdas/ganhos de financiamento e impostos		151 983	224 939
Gastos/Reversões de depreciação e de amortização	23	(27 392)	(24 111)
Perdas/reversões por Imparidade de activos depreciables/amortizáveis		-	-
Resultado operacional (antes de perdas/ganhos de financiamento e impostos)		124 591	200 828
Juros e ganhos similares Obtidos	24	528	33
Juros e perdas similares suportados		(10 488)	(2 843)
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	25	49 746	50 186
Resultado antes de Impostos		164 376	248 204
Imposto sobre o rendimento do período	11	(27 449)	(46 678)
Resultado líquido do período		136 927	201 527
Resultado líquido do período atribuível a:			
Detentores do capital da empresa-mãe	26	136 927	201 527
Resultado por acção básico (Esc)		685	1 008

Praia, 12 de Abril de 2021

A Direção Administrativa e Financeira


/ Emanuel S. Costa Silva /
Chefe de Departamento Financeiro


/ Francisco J. Xavier Santos /
Técnico Oficial de Contas Nº 0121

O Conselho de Administração


/ Melina Monteiro Veiga /
Administradora Executiva


/ Ana Clotilde Ribeiro Duarte /
Administradora Executiva

Presidente do Cons. de Administração

EMPRESA NACIONAL DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS, EMPROFAC - S.A.R.L.

NIF: 200127055

Zona Industrial de Tira Chapéu

DEMONSTRAÇÃO DE ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 1 DE JANEIRO DE 2020 E 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 1 DE JANEIRO DE 2019 E 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(Valores expressos em milhares de Escudos - mESC)

DESCRIÇÃO	Notas	Capital próprio atribuído aos detentores do capital						
		Capital realizado	Reservas Legais	Outras reservas	Ajustamentos em activos Financeiros	Resultados Transitados	Resultado líquido do período	Total do Capital Próprio
POSIÇÕES NO FIM DO PERÍODO 2018	1	200 000	84 333	505 567	168 517	-	198 970	1 157 387
ALTERAÇÕES REFERENTES A RENDIMENTOS E GASTOS RECONHECIDOS NO PERÍODO								
Resultado líquido do período		-	-	-	-	-	201 527	201 527
RESULTADO EXTENSIVO	2	-	-	-	-	-	201 527	201 527
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO								
Distribuição de dividendos	3	-	-	-	-	-	-	-
OUTRAS OPERAÇÕES								
Aplicação dos resultados do período anterior	11	-	-	13 169	-	-	-	13 169
Outras variações no capital próprio (Aplicação MEP)	11	-	-	-	11 307	-	-	11 307
Resultado do exercício anterior a aguardar distribuição	4	-	-	13 169	11 307	-	(198 970)	(174 494)
POSIÇÕES NO FIM DO PERÍODO 2019	1+2+3+4	200 000	84 333	518 736	179 824	-	201 527	1 184 420
POSIÇÕES NO INÍCIO DO PERÍODO 2020	1	200 000	84 333	518 736	179 824	-	201 527	1 184 420
ALTERAÇÕES REFERENTES A RENDIMENTOS E GASTOS RECONHECIDOS NO PERÍODO								
Resultado líquido do período		-	-	-	-	-	136 927	136 927
RESULTADO EXTENSIVO	2	-	-	-	-	-	136 927	136 927
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO								
Distribuição de dividendos	3	-	-	-	-	-	-	-
OUTRAS OPERAÇÕES								
Aplicação dos resultados do período anterior	11	-	-	80 530	-	-	-	80 530
Outras variações no capital próprio (Aplicação MEP)	11	-	-	-	26 683	-	-	26 683
Resultado do exercício anterior a aguardar distribuição	4	-	-	80 530	26 683	-	(201 527)	(94 314)
POSIÇÕES NO FIM DO PERÍODO 2020	1+2+3+4	200 000	84 333	599 266	206 507	-	136 927	1 227 033

A Direcção Administrativa e Financeira

Emanuel S. Costa Silva /

Chefe de Departamento Financeiro

Francisco J. Xavier Santos /

Técnico Oficial de Contas

Praia, 12 de Abril de 2021

O Conselho de Administração

Melina Monteiro Veiga /
Administradora Executiva

Ana Cláudia Ribeiro Duarte /
Administradora Executiva

..... /
Presidente do Cons. de Administração

EMPRESA NACIONAL DE PRODUTOS FARMACÉUTICOS, EMPROFAC - S.A.R.L.
 NIF: 200127055
 Zona Industrial de Tira Chapéu

PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 1 DE JANEIRO DE 2020 E 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E
 1 DE JANEIRO DE 2019 E 31 DE DEZEMBRO DE 2019
 (Valores expressos em milhares de escudos - mESC)

RUBRICAS	PERÍODO		
		2020	2019
	Notas	Valores	Valores
Método Directo			
<u>Fluxos de caixa das actividades operacionais</u>			
Recebimentos de clientes		1 936 500	2 109 248
Pagamentos a fornecedores		(2 090 465)	(1 514 110)
Pagamentos ao pessoal		(117 805)	(96 386)
Caixa gerada pelas operações		(271 770)	498 751
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		(36 837)	(59 912)
Outros recebimentos / pagamentos		(122 372)	(100 332)
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		(430 979)	338 507
<u>Fluxos de caixa das actividades de investimento</u>			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		(8 238)	(34 730)
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis		-	613
Outros activos		502	-
Subsídios ao investimento		-	-
Juros e rendimentos similares		528	33
Dividendos		20 000	16 000
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		12 792	(18 084)
<u>Fluxos de caixa das actividades de financiamento</u>			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		510 000	-
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		(77 778)	(33 333)
Juros e gastos similares		(10 488)	(2 843)
Dividendos		-	(328 622)
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio		-	-
Outras operações de financiamento		-	-
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		421 734	(364 799)
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		3 548	(44 376)
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período	10	66 997	111 373
Caixa e seus equivalentes no fim do período	10	70 545	66 997

Praia, 12 de Abril de 2021
 A Direcção Administrativa e Financeira


 / Emanuel S. Costa Silva /
 Chefe de Departamento Financeiro


 / Francisco J. Xavier Santos /
 Técnico Oficial de Contas N° 0121

O Conselho de Administração


 / Melina Monteiro Veiga /
 Administradora Executiva


 / Ana Clotilde Ribeiro Duarte /
 Administradora Executiva

 / _____ /
 Presidente do Cons. de Administração



EMPRESA NACIONAL DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS, SARL - EMPROFAC

ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019.

(Valores expressos em milhares de Escudos - mESC)

INFORMAÇÃO GERAL

A Empresa Nacional de Produtos Farmacêuticos, SARL (adiante designada por EMPROFAC ou Empresa) foi criada pelo Decreto-Lei nº 53/79, de 9 de Junho como uma Empresa Pública, tendo sido transformada em sociedade anónima de responsabilidade limitada pelo Decreto-Lei nº 28/97, de 20 de Maio, diploma que igualmente estabeleceu os seus actuais Estatutos. O capital estatutário da Empresa é integralmente detido pelo Estado de Cabo Verde (ver Nota 11).

O objecto da EMPROFAC, definido pelos seus actuais estatutos, consiste na importação, exportação, reexportação bem como na distribuição de especialidades farmacêuticas e produtos químico-farmacêuticos e de material e equipamento diverso de natureza higiénico-sanitária, médica e hospitalar. Adicionalmente, a EMPROFAC pode exercer outras actividades relacionadas com o seu objecto principal.

A Empresa rege-se pelos seus Estatutos e pelas normas reguladoras das sociedades anónimas.

Com a publicação da Lei nº 95/III/90, de 27 de Outubro, em que se estabelece as condições gerais de acesso e exercício de actividades no domínio da saúde por entidades privadas, foi constituída em Janeiro de 1991 a Empresa de direito privado denominada Laboratórios Inpharma - Indústria Farmacêutica, SARL (INPHARMA), cujo objecto consiste na produção, comercialização e exportação de medicamentos, artigos de higiene, cosmética e outros produtos médico-farmacêuticos e hospitalares, assim como outras actividades afins, conexas ou complementares, incluindo a importação de matérias-primas e subsidiárias necessárias à sua actividade.

A INPHARMA iniciou a sua actividade produtiva em Outubro de 1993, sendo a distribuição por grosso, no mercado interno, dos produtos produzidos pela INPHARMA efectuada pela EMPROFAC em regime de exclusividade.

A EMPROFAC detém uma participação de 40% no capital da INPHARMA.

Encontra-se presentemente em curso o processo de privatização da EMPROFAC, não existindo ainda uma data certa para a sua concretização.



NOTA 0 – REFERENCIAL CONTABILISTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas, de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística e de Relato Financeiro (SNCRF), aprovado pelo Decreto-Lei nº5/2008, de 4 de Fevereiro, o qual entrou em vigor em 1 de Janeiro de 2009. A fim de facilitar a sua leitura, os valores apresentados no presente Anexo encontram-se expressos em milhares de Escudos (mESC).

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração, para divulgação a 27 de Maio de 2021.

NOTA 1 – RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS ADOPTADAS

As principais políticas contabilísticas e critérios valorimétricos utilizados na preparação destas demonstrações financeiras encontram-se descritos a seguir:

1.1 Activos fixos tangíveis e depreciações/activos intangíveis e amortizações

Os activos fixos tangíveis são mensurados ao custo de aquisição, o qual inclui o valor de factura do fornecedor, acrescido de gastos de compra e instalação, líquido das respectivas depreciações acumuladas e de perdas de imparidade, caso houver (ver Notas 1.2 e 3).

Os gastos subsequentes são incluídos na quantia escriturada do bem ou reconhecidos como activos separados sempre que melhorem o nível de desempenho originalmente avaliado do activo existente ou aumentem a sua vida útil, quando for provável que benefícios económicos futuros fluirão para a empresa e o custo do activo possa ser mensurado com fiabilidade. Todos os outros dispêndios subsequentes são reconhecidos como um gasto no período em que são incorridos.

As depreciações são calculadas sobre os valores de aquisição, pelo método das quotas constantes, com imputação duodecimal. As taxas anuais aplicadas reflectem satisfatoriamente a vida útil económica dos bens.

As principais taxas utilizadas são as seguintes:

Edifícios e outras construções	4%
Equipamento básico, outras máquinas e instalações	10% - 20%
Material de carga e transporte	12,5% - 20%
Equipamento administrativo, social e mobiliário diverso	4,5% - 25%

Os activos intangíveis compreendem programas de computador. As amortizações são calculadas segundo o método das quotas constantes, em base duodecimal, a partir do mês do início de actividade operacional, ao longo de três anos.



1.2 Imparidade de activos

Caso existam, os activos que não têm uma vida útil definida não estão sujeitos a depreciação, mas são objecto de testes de imparidade anuais. Os activos sujeitos a depreciações são revistos quanto à imparidade, sempre que os eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor pelo qual se encontram escriturados possa não ser recuperável. Uma perda por imparidade é reconhecida pelo montante do excesso da quantia escriturada do activo face ao seu valor recuperável. A quantia recuperável é a mais alta de entre o justo valor de um activo, menos os gastos para venda, e o seu valor de uso. Para realização de testes de imparidade, os activos são agrupados ao mais baixo nível no qual se possam identificar separadamente fluxos de caixa (unidades geradoras de fluxos de caixa).

1.3 Inventários e ajustamentos

As quantidades em armazém são apuradas no final de cada exercício económico através de inventariação física integral e exaustiva, sendo mensuradas ao menor de entre o custo de aquisição (o qual inclui o valor da factura do fornecedor, acrescido de gastos adicionais de compra) e o valor líquido de realização esperado. A Empresa utiliza o método do custo médio ponderado para valorização das saídas.

O ajustamento de inventário é calculado com base em critérios técnico-comerciais (ver Nota 7).

1.4 Investimentos financeiros

Referem-se à participação correspondente a 40% no capital da Inpharma, a qual se encontra valorizada de acordo com o Método de Equivalência Patrimonial (MEP).

Segundo o MEP o investimento é inicialmente registado pelo seu custo e, posteriormente, ajustado em função das alterações verificadas, após a aquisição, na quota-parte do investidor no capital próprio da participada.

A Empresa verifica em cada data de balanço se existe evidência objectiva de imparidade desse investimento financeiro. Se existir tal evidência, a perda acumulada, calculada pela diferença entre o valor de balanço e o justo valor corrente, é reconhecida na demonstração dos resultados do período em que se verifica a imparidade.

Os preceitos contabilísticos vigentes em Cabo Verde não contemplam a preparação e apresentação de contas consolidadas.

1.5 Contas a receber de Clientes e Outros devedores e imparidade

Os saldos de clientes e devedores são reconhecidos inicialmente pelo seu valor actual ou, caso aplicável, pelo valor descontado, deduzido de qualquer perda de imparidade (ver Notas 6 e 8).



Os riscos efectivos de cobrança associados às contas a receber de clientes e outros devedores, apurados por referência a critérios de gestão e de avaliação comercial, são objecto de ajustamento por imparidade.

1.6 Capital próprio

As acções ordinárias são classificadas no capital próprio, quando realizadas.

A parcela não realizada do capital não é objecto de registo. Quando houver, os custos inerentes à emissão de novas acções são apresentados no capital próprio, como uma dedução das entradas de capital.

Caso existam, as prestações acessórias de capital são reconhecidas no Capital próprio, quando não existe prazo de reembolso definido, não estejam sujeitas a juros e cumpram as demais condições de reconhecimento na rubrica de capital próprio.

1.7 Imposto único sobre o rendimento e impostos diferidos

Com a publicação da Lei nº 82/VIII/2015, de 7 de janeiro, que aprovou o Código do Imposto sobre Rendimentos das Pessoas Coletivas, o rendimento tributável é determinado com base no resultado do exercício antes de impostos, eventualmente ajustado pelos custos e proveitos que, nos termos da referida lei, não devam ser considerados para efeitos fiscais, ao qual é aplicado uma taxa de 22,4%. Os prejuízos fiscais são reportáveis por um período de 7 anos após a sua ocorrência e suscetíveis de dedução a lucros fiscais gerados durante esse período, embora sujeitos a um máximo de dedução de 50% do resultado do respetivo exercício. Entretanto, até ao exercício de 2014 continuará a vigorar o Decreto-Lei nº1/96, de 15 de janeiro, que havia aprovado o Regulamento do Imposto Único sobre o Rendimento, nos termos do qual os prejuízos fiscais são suscetíveis de dedução a lucros fiscais gerados durante um período de três anos após a sua ocorrência.

Os resultados fiscais podem ser revistos pela Administração Fiscal por um período de cinco anos, pelo que os resultados fiscais de 2016 a 2020 podem vir a ser corrigidos.

O imposto diferido é calculado, com base no método da responsabilidade de balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos activos e passivos e a respectiva base tributável.

A base tributável dos activos e passivos é determinada de forma a reflectir as consequências de tributação decorrentes da forma como a empresa espera, à data do balanço, recuperar ou liquidar a quantia escriturada dos seus activos e passivos.

Para a determinação do imposto diferido é utilizada a taxa em vigor à data de balanço, ou a taxa que esteja já aprovada para utilização futura. Os impostos diferidos activos são reconhecidos na medida em que seja provável que os lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para utilização da diferença temporária. Os impostos diferidos activos são revistos anualmente e reduzidos sempre que deixe de ser provável que os mesmos



Os riscos efectivos de cobrança associados às contas a receber de clientes e outros devedores, apurados por referência a critérios de gestão e de avaliação comercial, são objecto de ajustamento por imparidade.

1.6 Capital próprio

As acções ordinárias são classificadas no capital próprio, quando realizadas.

A parcela não realizada do capital não é objecto de registo. Quando houver, os custos inerentes à emissão de novas acções são apresentados no capital próprio, como uma dedução das entradas de capital.

Caso existam, as prestações acessórias de capital são reconhecidas no Capital próprio, quando não existe prazo de reembolso definido, não estejam sujeitas a juros e cumpram as demais condições de reconhecimento na rubrica de capital próprio.

1.7 Imposto único sobre o rendimento e impostos diferidos

Com a publicação da Lei nº 82/VIII/2015, de 7 de janeiro, que aprovou o Código do Imposto sobre Rendimentos das Pessoas Coletivas, o rendimento tributável é determinado com base no resultado do exercício antes de impostos, eventualmente ajustado pelos custos e proveitos que, nos termos da referida lei, não devam ser considerados para efeitos fiscais, ao qual é aplicado uma taxa de 22,4%. Os prejuízos fiscais são reportáveis por um período de 7 anos após a sua ocorrência e suscetíveis de dedução a lucros fiscais gerados durante esse período, embora sujeitos a um máximo de dedução de 50% do resultado do respetivo exercício. Entretanto, até ao exercício de 2014 continuará a vigorar o Decreto-Lei nº1/96, de 15 de janeiro, que havia aprovado o Regulamento do Imposto Único sobre o Rendimento, nos termos do qual os prejuízos fiscais são suscetíveis de dedução a lucros fiscais gerados durante um período de três anos após a sua ocorrência.

Os resultados fiscais podem ser revistos pela Administração Fiscal por um período de cinco anos, pelo que os resultados fiscais de 2016 a 2020 podem vir a ser corrigidos.

O imposto diferido é calculado, com base no método da responsabilidade de balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos activos e passivos e a respectiva base tributável.

A base tributável dos activos e passivos é determinada de forma a reflectir as consequências de tributação decorrentes da forma como a empresa espera, à data do balanço, recuperar ou liquidar a quantia escriturada dos seus activos e passivos.

Para a determinação do imposto diferido é utilizada a taxa em vigor à data de balanço, ou a taxa que esteja já aprovada para utilização futura. Os impostos diferidos activos são reconhecidos na medida em que seja provável que os lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para utilização da diferença temporária. Os impostos diferidos activos são revistos anualmente e reduzidos sempre que deixe de ser provável que os mesmos



possam ser utilizados.

Os impostos diferidos são classificados como Não corrente.

1.8 Provisão para riscos e encargos

São constituídas provisões no balanço sempre que a Sociedade tem uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um acontecimento passado e sempre que é provável que uma diminuição, razoavelmente estimável, de recursos incorporando benefícios económicos venha a ser exigido para liquidar a obrigação.

1.9 Reconhecimento do rédito

Os réditos decorrentes das vendas são reconhecidos na demonstração dos resultados quando os riscos e vantagens significativos inerentes à posse dos activos vendidos são transferidos para o comprador.

1.10 Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Empresa, no período em que os dividendos são aprovados em Assembleia Geral pelo accionista.

1.11 Gestão de riscos financeiros

A exposição da Empresa a riscos financeiros não é significativa.

(i) Risco cambial

O risco cambial é muito reduzido, dado que (a) existe uma paridade fixa do Escudo face ao Euro, moeda em que são, essencialmente, efectuadas as compras ao estrangeiro e (b) as vendas são realizadas em Cabo Verde.

(ii) Risco da taxa de juro

Os empréstimos vencem juros a taxas fixas, pelo que a Empresa apenas será penalizada se as taxas de juro do mercado baixarem, o que não se perspectiva.

(iii) Risco de crédito

Sendo definidos limites de crédito para os clientes e dado existir um número relativamente significativo de clientes e à sua dispersão geográfica, não se considera existir concentração de risco de crédito. O risco de crédito mais significativo relaciona-se com vendas efectuadas ao sector público, nomeadamente aos Hospitais.



(iv) Risco de liquidez

A Empresa apresenta à data do balanço um fundo de maneiio positivo na ordem dos mESC 1 035 736. Espera-se que continue a gerar fluxos de caixa operacionais positivos suficientes para suprir as suas necessidades de tesouraria, pelo que não apresenta risco de liquidez.

1.12 Créditos e débitos em moeda estrangeira

Os activos e passivos denominados em moeda estrangeira são convertidos e contabilizados em Escudos ao câmbio oficial em vigor na data da transacção. As diferenças de câmbio realizadas no exercício, bem como as potenciais apuradas nos saldos existentes na data do Balanço, por referência às taxas de câmbio vigentes nessa data, são reconhecidos nos resultados.

As transacções em moeda estrangeira foram efectuadas, essencialmente, em Euros, cuja paridade para Escudos é fixa (1 Euro equivale a 110\$265).

1.13 Especialização de exercícios

Os rendimentos e ganhos são registados de acordo com o princípio da especialização de exercícios, ou seja, são reconhecidas à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes gastos e rendimentos gerados, são registadas no balanço nas rubricas de Outras contas a pagar e Outras contas a receber.

1.14 Responsabilidades assumidas para com o pessoal

De acordo com a legislação Caboverdiana vigente, os trabalhadores têm anualmente direito a um mês de férias remuneradas, encargo este que representa um direito adquirido pelo serviço prestado no ano civil anterior ao do seu pagamento. Adicionalmente, a Empresa garante aos trabalhadores o pagamento de subsidio de férias o que, à semelhança das férias, representa um direito adquirido pelo serviço prestado no ano civil anterior ao do seu pagamento. Esta responsabilidade encontra-se apresentada em balanço na rubrica Outras contas a pagar (ver Nota 16).

Os trabalhadores da Empresa encontram-se integralmente abrangidos pelo esquema oficial de previdência social, patrocinado pelo Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), não assumindo a Empresa qualquer responsabilidade, presente ou futura, relacionada com o pagamento de pensões ou complementos de reforma.

1.15 Estimativas e julgamentos

As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência e outros factores, designadamente em eventos futuros em que se acredita ser expectável virem a ocorrer de acordo com as circunstâncias actuais.



NOTA 2 – FLUXOS DE CAIXA

São considerados Caixa e seus Equivalentes os saldos de Caixa e Depósitos Bancários que estejam disponíveis para uso num prazo curto que não exceda os três meses. Adicionalmente, consideram-se também Equivalentes de Caixa as aplicações financeiras que estejam disponíveis para uso num prazo não superior a três meses e em relação às quais a variação de justo valor não seja significativa.

NOTA 3 – ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os movimentos ocorridos nestas rubricas decompõem-se como segue (em mESC):

	TERRENOS E RECURSOS NATURAIS	EDIFÍCIOS E OUTRAS CONSTRUÇÕES	EQUIPAMENTO BÁSICO	EQUIPAMENTO DE TRANSPORTE	EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO	OUTROS ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS	TOTAL GERAL
POSIÇÃO A 1 DE JANEIRO DE 2019							
Valor de aquisição ou reavaliado	17 647	258 337	45 306	36 890	58 380	3 637	420 197
Depreciação acumulada	-	(50 913)	(18 287)	(28 203)	(46 647)	(3 611)	(147 661)
Valor escriturado	17 647	207 424	27 018	8 687	11 733	26	272 535
VARIAÇÕES EM 2019							
Valor líquido inicial	17 647	207 424	27 018	8 687	11 733	26	272 535
Aquisições	-	3 062	11 471	13 478	4 764	-	32 775
Investimentos em curso	-	-	-	-	-	-	-
Abates-valor de aquisição ou reavaliado	-	-	-	(1 536)	-	-	(1 536)
Abates-depreciação acumulada	-	-	-	1 536	-	-	1 536
Depreciação do exercício	-	(9 258)	(5 206)	(2 836)	(4 597)	(26)	(21 923)
Valor líquido	17 647	201 228	33 283	19 330	11 900	-	283 387
POSIÇÃO A 31 DE DEZEMBRO DE 2019							
Valor de aquisição ou reavaliado	17 647	261 399	56 777	48 832	63 144	3 637	451 436
Depreciação acumulada	-	(60 171)	(23 493)	(29 503)	(51 244)	(3 637)	(168 048)
Valor escriturado	17 647	201 228	33 283	19 330	11 900	-	283 387
VARIAÇÕES EM 2020							
Valor líquido inicial	17 647	201 228	33 283	19 330	11 900	-	283 388
Aquisições	-	-	961	6 448	828	-	8 237
Investimentos em curso	-	-	-	-	-	-	-
Abates-valor de aquisição ou reavaliado	-	-	-	-	-	-	-
Abates-depreciação acumulada	-	-	-	-	-	-	-
Depreciação do exercício	-	(9 407)	(6 798)	(5 736)	(3 650)	-	(25 591)
Valor líquido	17 647	191 821	27 446	20 042	9 078	-	266 034
POSIÇÃO A 31 DE DEZEMBRO DE 2020							
Valor de aquisição ou reavaliado	17 647	261 399	57 738	55 280	63 972	3 637	459 673
Depreciação acumulada	-	(69 578)	(30 291)	(35 239)	(54 894)	(3 637)	(193 639)
Valor escriturado	17 647	191 821	27 446	20 042	9 078	-	266 034

Em 2020, as adições compreendem, essencialmente, aquisição de um Autocarro para transporte do Pessoal, no montante de mESC 6 448, aquisição de equipamentos de climatização e outros equipamentos para o armazém da SEDE, no montante de mESC 960 e aquisição de mobiliário e equipamento informático no valor de mESC 828.

Em 2019, as adições compreendiam, essencialmente, aquisição de quatro viaturas com câmaras de frio para a distribuição e uma viatura mista, no montante de mESC 13 478, aquisição de uma câmara de frio e outros equipamentos para os armazéns da SEDE e da Delegação de São Vicente, no montante de mESC 11 471, construção de escadaria



metálica de acesso a cobertura do armazém de SEDE, no valor de mESC 3 062 e aquisição de mobiliário e equipamento informático no valor de mESC 4 764.

As alienações/abates processados em 2020 correspondem, essencialmente, à alienação de duas viaturas comerciais ligeiras afectas à SEDE e Oferta de um Autocarro e uma viatura Ligeira de Passageiros ao Hospital Agostinho Neto.

NOTA 4 – PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

Corresponde à participação correspondente a 40% no capital da Inpharma, a qual se encontra valorizada de acordo com o Método de Equivalência Patrimonial (MEP).

Os movimentos resumem-se como segue:

	<u>mESC</u>
Saldo em 31.12.2018	<u>187 704</u>
Quota parte nos resultados de 2019	50 186
Dividendos recebidos	(16 000)
Outras variações decorrentes do MEP	<u>(2 774)</u>
Saldo em 31.12.2019	<u>219 116</u>
Quota parte nos resultados de 2020	49 746
Dividendos recebidos	(20 000)
Outras variações decorrentes do MEP	<u>(3 503)</u>
Saldo em 31.12.2020	<u>245 359</u>

Em 31 de Dezembro de 2020 e de 2019, a informação financeira da Inpharma resume-se como segue:

	<u>mESC</u>	
	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Total activo	764 278	651 582
Capital próprio	613 398	547 791
Total passivo	150 880	103 791
Rendimentos	658 816	571 692
Resultado líquido	124 364	125 465

A Inpharma tem sede social na cidade da Praia, Cabo Verde.



NOTA 5 – OUTRAS CONTAS A RECEBER

	2020			2019		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
	mESC					
Outros devedores (i)	586	0	586	6 048	0	6 048
Empréstimos a empregados (ii)	4 275	8 662	12 937	3 589	6 792	10 381
	<u>4 861</u>	<u>8 662</u>	<u>13 523</u>	<u>9 637</u>	<u>6 792</u>	<u>16 429</u>

(i) Outros devedores

O saldo desta rubrica incluía em 2019, essencialmente, mESC 3 656 a receber da Direcção Geral das Farmácias, relacionados com o pagamento de electricidade e água por conta desta entidade. Em 2020, inclui pagamentos à Prestadores de Serviços, relacionados com gastos a reconhecer no exercício seguinte, mESC 586.

Não é considerado necessário, em 31 de Dezembro de 2020, reconhecer qualquer imparidade para fazer face a perdas de dívidas a receber de outros devedores, por referência a critérios de avaliação técnico-comercial.

(ii) Empréstimos a empregados

Os empréstimos concedidos ao pessoal têm prazo de vencimento máximo de 6 anos e são remunerados à taxa anual de 2%. Dada a imaterialidade dos saldos em causa não se procedeu ao cálculo do seu valor presente.

NOTA 6 - INVENTÁRIOS

O saldo desta rubrica decompõe-se como segue:

	mESC	
	2020	2019
Mercadorias		
Sede	897 421	780 262
Direcção Regional de Barlavento	344 853	302 295
Mercadorias em trânsito	<u>78 722</u>	<u>20 570</u>
Total	<u>1 320 996</u>	<u>1 103 127</u>
Menos:		
Perdas por imparidade acumuladas	<u>(85 411)</u>	<u>(25 270)</u>
Total líquido	<u>1 235 585</u>	<u>1 077 857</u>



As perdas por imparidade acumuladas em Inventários foram, no exercício de 2020, utilizadas em mESC 25 270 (2019: mESC 19 904), relativamente a produtos inutilizados durante o exercício e reforçadas em mESC 85 411 (2019: mESC 25 270). O saldo resultante é considerado adequado face às necessidades estimadas com base em critérios técnico-comerciais.

NOTA 7 - CLIENTES

	mESC	
	2020	2019
Cientes conta corrente		
Entidades públicas		
Hospital Agostinho Neto	92 206	94 230
Hospital Baptista de Sousa	115 203	105 280
Hospital Regional Santiago Norte	49 874	42 096
Ministério da Saúde S. S.(GAF, INSP)	830 439	238 370
	<u>1 087 722</u>	<u>479 976</u>
Entidades privadas		
Farmácias e postos de venda	137 241	124 807
Laboratórios Inpharma	20	8
Outras	4 136	2 301
	<u>141 397</u>	<u>127 116</u>
	<u>1 229 119</u>	<u>607 092</u>
Menos:		
Perdas por imparidade acumuladas	<u>(4 225)</u>	<u>(4 225)</u>
	<u>1 224 894</u>	<u>602 867</u>

Em 2020, os valores a receber dos Hospitais públicos e dos Serviços que Integram o Ministério da Saúde e Segurança Social, Gabinete dos Assuntos Farmacêuticos e Instituto Nacional de Saúde Pública, atingiram o montante de mESC 1 087 722 (2019: mESC 479 976), sendo expetável que um plano de amortização dos mesmos venha a ser acordado com os Ministérios da Saúde e das Finanças.

As perdas por imparidade não registaram nenhuma alteração em 2020. Em 2019 tinham registado um reforço no montante de mESC 673, para cobrir dívidas de clientes a receber.

O saldo resultante é considerado adequado, face aos riscos de cobrança identificados por referência a critérios de gestão e de avaliação comercial.

**NOTA 8 – ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS - ACTIVO**

		mESC	
		2020	2019
IVA - Imposto sobre o Valor Acrescentado	(i)	2 370	16 589
Imposto sobre o rendimento - Pag. Fracionados	(ii)	29 740	39 977
		<u>32 110</u>	<u>56 566</u>

(i) IVA – Imposto sobre o Valor Acrescentado

O saldo desta rubrica representa, essencialmente, o valor do IVA a receber, respeitante ao período de Janeiro à Dezembro do exercício de 2020, mESC 2 370.

(ii) Imposto sobre o rendimento – Pagamentos Fracionados

Corresponde, essencialmente, aos pagamentos fracionados do Imposto sobre os Rendimentos do exercício 2020, (IRPC) efectuados em 2020.

NOTA 9 – CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS

		mESC	
		2020	2019
Caixa		150	150
Depósitos à ordem			
Banco Comercial do Atlântico			
Agência da Praia		41 990	12 237
Agência do Mindelo		3 350	11 733
Caixa Económica de Cabo Verde		8 396	15 175
Banco Caboverdiano de Negócios		4 910	4 955
Banco Interatlântico		3 541	7 507
Banco Angolano de Investimento		2 568	6 787
Ecobank		5 640	296
		<u>70 395</u>	<u>58 690</u>
Depósitos a prazo			
Banco Angolano de Investimento		-	8 157
		<u>-</u>	<u>8 157</u>
		<u>70 545</u>	<u>66 997</u>



NOTA 10 – CAPITAL PRÓPRIO

Os movimentos registados em 2020 e em 2019 nesta rubrica encontram-se evidenciados na Demonstração de Alterações no Capital Próprio.

O capital social, integralmente realizado, está representado por 200 000 acções com o valor nominal de ESC 1 000 (mil escudos) cada e é detido pelo Estado de Cabo Verde.

De acordo com a legislação vigente, e enquanto Empresa Pública, a EMPROFAC constituiu as seguintes reservas e fundos, nos termos das disposições das Bases Gerais das Empresas Públicas, Lei nº 63/III/89, de 30 de Dezembro, posteriormente alteradas pelo Decreto nº 115/90, de 8 de Dezembro:

- Reserva legal
- Reserva geral
- Reserva para investimentos
- Fundo para fins sociais
- Reserva para remuneração dos capitais investidos

a) A Reserva legal é dotada com um mínimo de 5% dos resultados líquidos anuais até atingir um montante equivalente a, pelo menos, 20% do capital social, não sendo livre para distribuição.

b) A Reserva geral é reforçada anualmente em pelo menos 10% do resultado líquido de cada exercício. Esta Reserva só pode ser utilizada (i) para cobrir a parte do prejuízo registado no balanço de cada exercício que não possa ser coberta pela utilização de outras reservas, (ii) para cobrir os prejuízos transitados de exercícios anteriores que não possam ser cobertos pelo lucro do exercício nem pela utilização de outras reservas e (iii) para incorporação no capital estatutário, nos termos do nº 2 do artigo 18º das Bases Gerais das Empresas Públicas, Lei nº 647/III/89, de 30 de Dezembro.

c) Constituem a Reserva para investimentos (i) a parcela dos resultados apurados em cada exercício que lhe for anualmente destinada e (ii) as verbas provenientes de dotações e doações com essa finalidade expressa, de que a Empresa seja beneficiária.

d) A Reserva para fins sociais destina-se exclusivamente à prestação de benefícios sociais de utilização colectiva ou de serviços colectivos aos trabalhadores, bem como para a bonificação de empréstimos para aquisição, construção, reparação, beneficiação ou ampliação de habitação própria permanente, em condições a definir pelo Governo. A dotação anual que lhe for destinada não poderá exceder 10% do resultado líquido do exercício respectivo.

e) A Reserva para remuneração dos capitais investidos deverá ser constituída, até ao limite de 30% do capital estatutário, pela retenção de, pelo menos, 5% do resultado líquido anual, depois de deduzidos da dotação necessária à amortização de eventuais prejuízos transitados.



A rubrica de Ajustamentos em ativos financeiros regista os valores resultantes da adoção do Método de Equivalência Patrimonial (MEP) na mensuração da participação financeira e outras variações registadas no capital próprio desta, não respeitantes a resultados, sendo anualmente creditada pela diferença entre os lucros imputáveis à participação e os dividendos que lhe forem atribuídos. Até que a participação seja alienada o saldo apresentado nesta rubrica não estará disponível para distribuição.

Os movimentos ocorridos nos dois últimos exercícios resumem-se como segue:

	<u>mESC</u>
Saldo em 31 de Dezembro de 2018	168 517
Lucros não atribuídos	14 081
Ajustamentos decorrentes de outras variações no C. Próprio	<u>(2 774)</u>
Saldo em 31 de Dezembro de 2019	179 824
Lucros não atribuídos	30 186
Ajustamentos decorrentes de outras variações no C. Próprio	<u>(3 503)</u>
Saldo em 31 de Dezembro de 2019	<u><u>206 507</u></u>

NOTA 11 – ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS - PASSIVO

Os valores incluídos nesta rubrica são decompostos do seguinte modo:

		<u>mESC</u>	
		<u>2020</u>	<u>2019</u>
Não Corrente			
Imposto sobre o rendimento - estimado	(i)	-	-
Corrente			
Imposto sobre o rendimento - estimado	(i)	27 449	46 677
Retenção de impostos sobre rendimentos	(ii)	2 249	1 472
Contribuições para a Previdência Social	(ii)	3 411	1 971
Outros		-	-
		<u>33 109</u>	<u>50 120</u>
		<u><u>33 109</u></u>	<u><u>50 120</u></u>

(i) Imposto sobre o rendimento - estimado

O saldo em 31 de Dezembro de 2020 compreende, essencialmente, (i) o imposto sobre o rendimento, estimado para o exercício de 2020, no montante de mESC 27 449.



O saldo em 31 de Dezembro de 2019 compreendia, essencialmente, (i) o imposto sobre o rendimento estimado para o exercício de 2019, no montante de mESC 46 677.

Os encargos dos exercícios de 2020 e de 2019, evidenciados na Demonstração dos resultados líquidos, foram calculados como segue (em mESC):

	mESC	
	2020	2019
Resultado antes de impostos	164 373	248 204
A adicionar		
Perdas diversas não especificadas	3 417	4 361
Perdas imputáveis a exercícios anteriores	1 606	4 386
	5 023	8 747
A deduzir		
Donativos - Lei Mecenato	(881)	(3 369)
Rendimentos pela aplicação do Método de Equivalência Patrimonial	(49 745)	(30 186)
	118 770	203 396
Taxa aplicável	22,4%	22,4%
Encargo corrente do imposto sobre rendimento	26 652	45 642
Tributação Autônoma	797	1 035
Encargo do exercício com imposto sobre rendimentos	27 449	46 677

(ii) Imposto único sobre rendimentos/Contribuições para a Previdência Social

Correspondem, essencialmente, aos processamentos das (a) retenções efectuadas no processamento de remunerações do pessoal e (b) contribuições da Empresa para a previdência social para entrega ao Estado, referentes ao mês de Dezembro.

NOTA 12 – FINANCIAMENTOS OBTIDOS

Em 2020 os saldos desta rubrica correspondem a dois empréstimos contraídos junto do ECOBANK, sendo um em Janeiro, no montante de mESC 100 000, outro em Abril, no montante de mESC 150 000.

Os principais termos e condições dos empréstimos resumem-se como segue:

- (i) O empréstimo no valor de mESC 100 000, tem a Maturidade de três anos, está sujeito à uma taxa de juros nominal fixa de 5,25%, com amortizações mensais, sendo o pagamento dos juros correspondentes feito mensalmente;



- (ii) O empréstimo no valor de mESC 150 000, tem a maturidade de cinco anos, está sujeito à taxa de juros nominal fixa de 5,25%, com amortizações mensais, sendo o pagamento dos juros correspondentes feito mensalmente;
- (iii) Os dois empréstimos destinam-se a reforçar a estrutura financeira da empresa, visando o pagamento de Faturas vencidas de Fornecedores.
- (iv) Os empréstimos têm subjacente, a consignação das receitas provenientes dos fornecimentos às farmácias e aos serviços do Estado.

Em Dezembro de 2020, a EMPROFAC, S.A. contratualizou junto do Banco Comercial do Atlântico – BCA, um empréstimo de curto prazo no âmbito do Processo de Factoring, até ao montante de mESC 500 000, sendo os principais termos e condições as seguintes:

- Cedência de créditos até ao montante acumulado de mESC 400 000, pelo prazo de nove meses, renovável por períodos iguais e sucessivos;
- A taxa de juros de 4,15%, tendo utilizado mESC 260 000 até 31/12/2020;
- A título de Garantias, foi subscrita uma Livrança em branco pela Empresa.

Em 2019 os Financiamentos obtidos correspondiam ao empréstimo obrigacionista contraído em setembro de 2015 através de uma Oferta Particular de Subscrição e de admissão à negociação na Bolsa de Valores de Cabo Verde de 150 000 obrigações ordinárias, escriturais, de valor nominal de ESC 1 000 cada.

Os principais termos e condições do empréstimo resumiam-se como segue:

- (v) Subscrição particular pelas entidades Banco Angolano de Investimento e Instituto Nacional de Previdência Social, no montante de mESC 75 000 cada
- (vi) Maturidade de cinco anos a contar da data de subscrição, com amortização em 9 prestações semestrais iguais de capital, no montante de mESC 16 667, tendo a primeira vencido em Setembro de 2016.
- (vii) Taxa de juro nominal fixa de 5% ao ano, devendo o correspondente pagamento de juros ser feito em prestações semestrais e sucessivas, tendo a primeira vencido em Março de 2016.
- (viii) Destinava-se a reforçar a estrutura financeira da empresa, visando a construção de um novo armazém na cidade da Praia.
- (ix) O empréstimo tinha subjacente a consignação das receitas provenientes dos fornecimentos às farmácias e aos serviços do Estado.

**NOTA 13 – FORNECEDORES**

	mESC	
	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Fornecedores nacionais		
Laboratórios Inpharma	<u>188 790</u>	<u>133 274</u>
Fornecedores estrangeiros		
F.H.C. - Farmacêutica, SA	364 568	239 998
Medinfar	8 564	3 857
Mercafar, SA	196 968	188 941
José Serra Caetano	13 892	25 477
VELVETMED - Healthcare Solutions, S.A.	54 356	2 018
Laboratório EDOL - Produtos Farmacêuticos	9 429	1 316
GENERIS Farmacêutica S.A.	9 479	17 054
Labesfal Farma - Produtos Farmacêuticos	40 094	21 279
Bayer Portugal	11 572	2 670
ORIGINPHARMA Unipessoal, Lda.	33 585	98 671
MEDBROOKS, Lda.	25 838	3 684
Outros Fornecedores estrangeiros	<u>122 604</u>	<u>120 300</u>
	<u>890 949</u>	<u>725 265</u>
	<u>1 079 739</u>	<u>858 539</u>

O saldo expresso em moeda estrangeira é devido, essencialmente, em Euros.

NOTA 14 – ACCIONISTAS/SÓCIOS

O saldo em 31 de dezembro de 2020 no montante de mESC 252 071, corresponde aos dividendos relativos ao exercício de 2019, no montante de mESC 85 670 e aos dividendos do exercício de 2018, no montante de mESC 166 401.

Em Dezembro de 2019, foi realizado com o Acionista Estado, um encontro de contas no montante de mESC 238 622, com o propósito de regularizar a dívida acumulada do Gabinete de Assuntos Farmacêuticos (Direção Geral de Farmácias) relacionada com o fornecimento de medicamentos em 2017, 2018 e 2019, no montante de mESC 238 622.

**NOTA 15 – OUTRAS CONTAS A PAGAR**

	mESC	
	2020	2019
Encargos com férias e subsídios de férias e respectivos encargos com a Previdência Social a pagar no ano seguinte (ver Nota 1.14)	14 590	13 507
Auditoria e serviços de consultoria	0	0
Encargos a liquidar no ano seguinte	5 857	5 880
Outros, de valor reduzido	4 371	6 245
	<u>24 818</u>	<u>25 632</u>

NOTA 16 - VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS

A totalidade das vendas efectuadas destinou-se ao mercado interno, sendo a sua decomposição por categorias de mercadorias a seguinte:

	mESC	
	2020	2019
Mercadorias importadas	2 140 228	1 627 899
Mercadorias de produção nacional	451 610	393 025
Devoluções de vendas	(52 143)	(15 119)
	<u>2 539 695</u>	<u>2 005 805</u>

NOTA 17 – GASTOS COM MERCADORIAS VENDIDAS E MATÉRIAS CONSUMIDAS

O saldo desta rubrica foi apurado como segue:

	mESC	
	2020	2019
Inventário inicial (ver Nota 7)	1 103 127	630 648
Compras	2 305 662	2 020 786
Inventário final (ver Nota 7)	(1 320 996)	(1 103 127)
Regularização de inventários	(63 712)	(32 085)
	<u>2 024 081</u>	<u>1 516 222</u>

As regularizações de inventários compreendem (i) mESC 46 433 (2019: mESC 22 858) referentes a mercadorias inutilizadas ao longo do ano e (ii) mESC 17 279 (2019: mESC 9 227) relativos a ofertas de produtos.



NOTA 18 - FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Esta rubrica decompõe-se como segue:

	mESC	
	2020	2019
Trabalhos especializados	14 551	16 333
Electricidade	7 033	10 731
Transporte de mercadorias	8 303	7 437
Vigilância e segurança	3 434	3 434
Conservação e reparação	4 599	8 048
Limpeza, higiene e conforto	4 478	4 328
Seguros	4 416	2 587
Comunicação	4 325	3 812
Rendas e alugueres	157	539
Material de escritório	2 294	3 453
Publicidade e propaganda	2 759	5 104
Deslocações e estadas	3 149	3 734
Combustíveis	2 960	3 394
Serviços de informática	4 664	3 353
Serviços bancários	12 434	2 789
Honorários	550	550
Outros, de valor individual inferior a mESC 3 500	6 144	9 741
	<u>86 250</u>	<u>89 367</u>

Os trabalhos especializados relacionam-se, essencialmente, com (i) serviços de auditoria financeira às contas de 2020, (ii) avenças de carácter pontual relacionadas com prestações de serviços, assistência médica aos trabalhadores, advocacia e cedência de pessoal temporário, nos montantes de respectivamente, mESC 1 647 (2019: mESC 1 434) e mESC 10 787 (2019: mESC 11 069). Em 2019, incluíam também o pagamento do contrato de revisão dos instrumentos de gestão do pessoal, no montante de mESC 2 750.

NOTA 19 - GASTOS COM O PESSOAL

Os gastos com o pessoal apresentam a seguinte composição:



	mESC	
	2020	2019
Ordenados e salários	76 404	68 045
Encargos sobre remunerações	14 029	13 974
Outros gastos com o pessoal	34 231	35 422
	<u>124 664</u>	<u>117 441</u>
Nº médio de trabalhadores	<u>60</u>	<u>59</u>

O aumento dos Gastos com o pessoal atingiu 2,8% e resultou, essencialmente, do aumento das Remunerações do Pessoal e respectivos encargos, aumentos dos encargos com gratificações e horas extras e outros gastos adicionais com o pessoal, incorridos no exercício.

A rubrica de Outros gastos com o pessoal compreende:

	mESC	
	2020	2019
Encargos com provisão para férias e subsídio de férias a pagar no ano seguinte	15 193	12 154
Subsídio de fim de ano	5 870	5 403
Gratificações e horas extraordinárias	6 086	5 796
Formação	473	2 957
Outros	6 609	9 112
	<u>34 231</u>	<u>35 422</u>

NOTA 20 – AJUSTAMENTOS DE INVENTÁRIOS (PERDAS E REVERSÕES)

Conforme se refere na Nota 7, os ajustamentos de inventários foram, no exercício de 2020 aumentados em mESC 85 411 (2019: mESC 25 270) não foram registadas reversões no exercício.

NOTAS 21 – OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

Compreendem, essencialmente, os montantes de (i) mESC 1 123 referentes à ganhos extraordinários em inventários e mESC 3 283 referentes à descontos na compra de medicamentos, obtidos dos fornecedores (2019: mESC 8 707).



NOTAS 22 – OUTROS GASTOS E PERDAS

Decompõem-se como segue:

	mESC	
	2020	2019
Ofertas aos Hospitais e outras entidades	17 279	9 227
Descontos de pronto pagamento concedidos	11 467	9 446
Perdas em inventários	21 297	3 311
Donativos e quotizações não obrigatórias	2 937	6 177
Taxa de regulação - ARFA	9 647	6 101
Gastos em Investim. não financeiros - Abates	-	-
Outros	9 083	6 338
	<u>71 710</u>	<u>40 600</u>

As ofertas aos Hospitais e outras entidades referem-se, essencialmente a medicamentos.

As perdas constatadas em Inventários referem-se, maioritariamente, a medicamentos retirados do mercado e inutilizados, devido à perda de validade.

Em 2019, as perdas constatadas correspondiam a medicamentos retirados do mercado, devido à não conformidades constatadas pelas Autoridades Reguladoras, cujos processos de reclamação não foram atendidos pelos Fornecedores.

A Empresa encontra-se em fase negociação com os Fornecedores, no sentido de obter compensação de parte das perdas registadas.

NOTA 23 – GASTOS/REVERSÕES DE AMORTIZAÇÕES E DE DEPRECIAÇÕES

O saldo de mESC 27 392 (2019: mESC 24 111) compreende mESC 25 592 (2019: mESC 21 897) de depreciação do exercício de activos fixos tangíveis (ver Nota 3) e mESC 1 800 de amortizações de activos intangíveis (2019: mESC 2 214).

NOTA 24 – JUROS E GANHOS SIMILARES OBTIDOS

O saldo corresponde, essencialmente, aos juros de depósitos a prazo (ver Nota 9) e outros juros obtidos (ver Nota 5), nos montantes de mESC 166 e mESC 229 (2019: mESC 32), respectivamente.

NOTA 25 – GANHOS/PERDAS IMPUTADOS DE ASSOCIADAS

O saldo desta rubrica corresponde à quota-parte nos resultados líquidos da subsidiária Inpharma (ver Nota 4).



No exercício 2020 registou-se o recebimento de dividendos referentes a 2019, no montante de mESC 20 000 (2019: mESC 16 000 relativos a 2018).

NOTA 26 – RESULTADO BÁSICO POR ACÇÃO

O resultado por acção básico é calculado dividindo o lucro atribuível aos accionistas pelo número de acções, como segue:

	mESC	
	2020	2019
Resultado atribuível aos accionistas (mESC)	136 927	201 527
Número de acções	200 000	200 000
Resultado por acção básico (ESC)	685	1 008

NOTA 27 - GARANTIAS

As garantias prestadas pela Empresa relacionam-se com financiamentos obtidos e encontram-se descritos na Nota 12.

NOTA 28 - PARTES RELACIONADAS

(i) Os principais saldos e transacções ocorridas em 2020 e 2019 entre a Sociedade e a Inpharma sumarizam-se como segue:

	Balanço		Transacções	
	Clientes (ver Nota 7)	Fornecedores (ver Nota 13)	Vendas	Compras
2020	20	188 790	3 575	477 486
2019	8	133 274	455	409 432

- (ii) Não existem transacções com os Administradores.
- (i) As remunerações dos Administradores incluídas na rubrica de Gastos com o pessoal ascendem a mESC 12 545 (2019: mESC 10 240).



NOTA 29 - OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A APLICAÇÃO DO REGIME DE ACRÉSCIMO

(Ver Nota 15)

NOTA 30 - RESPONSABILIDADES E COMPROMISSOS FINANCEIROS NÃO INCLUÍDOS NO BALANÇO

Não são conhecidos outros compromissos e responsabilidades além dos referidos nas Notas anteriores.

NOTA 31 – DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

Não existem divulgações exigidas por outros diplomas legais.

NOTA 32 - EVENTOS SUBSEQUENTES

Não são conhecidos factos que tenham ocorrido após 31 de Dezembro de 2020 que possam influenciar de forma significativa as contas apresentadas, ou que coloquem em causa a continuidade de exploração da empresa, que justifiquem a sua menção, exceto que, a partir de 11 de março de 2020 a Organização Mundial da Saúde declarou uma situação pandémica relacionada com o surto do COVID-19. Não é possível quantificar o impacto da situação pandémica na posição financeira, no desempenho financeiro e nos fluxos de caixa futuros da empresa.

Francisco Jasso Xavier Santos

- Director Administrativo e Financeiro -

RELATORIO DE GESTÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



empresa certificada
desde maio/2020

Relatório & Contas 2020

Handwritten signature: Rubens Lima



empresa certificada
desde maio/2020

EMPROFAC – Empresa Nacional de Produtos Farmacêuticos

RELATÓRIO & CONTAS 2020

*Thelma
Avelar*



emprofac

medicamentos de cabo verde



MUITO OBRIGADO

**Aos profissionais de saúde que estão na
linha da frente na luta contra covid 19**

Fidel Rebelo

ÍNDICE

- 01 Mensagem do Conselho de Administração
- 02 Principais Rácios
- 03 Enquadramento Institucional
- 04 Enquadramento Macroeconómico e Setorial
- 05 Performance Emprofac por áreas
- 06 Análise Económico-Financeira
- 07 Proposta de Aplicação de Resultados
- 08 Notas Finais
- 09 Demonstrações Financeiras e Anexos
- 10 Relatórios de Fiscalização



empresa certificada
desde maio/2020



empresa certificada
desde maio/2020

Lista de Siglas e Abreviaturas

- ALI – Abreviatura da Família de Produtos “Alimentares”
- CA – Conselho de Administração
- COS – Abreviatura da Família de Produtos “Cosméticos e Higiene Corporal”
- DAF – Direção Administrativa e Financeira
- DCGC – Direção Comercial e Gestão de clientes
- DCL – Direção de Compras e Logísticas
- DIS – Abreviatura da Família de Produtos “Dispositivos Médicos”
- DIV – Abreviatura da Família de Produtos “Diversos”
- DRB – Direção Regional do Barlavento
- DT – Direção Técnica
- ECV – Escudos Cabo-verdianos
- ERIS – Entidade Reguladora Independente da Saúde
- FIT – Abreviatura da Família de Produtos “Fitoterápicos”
- GAF – Gabinete de Assuntos Farmacêuticos
- HAN – Hospital Agostinho Neto
- HBS – Hospital Batista de Sousa
- HOS – Abreviatura da Família de Produtos “Material Médico Hospitalar”
- HRSN – Hospital Regional Santiago Norte
- ISE – Índice de Satisfação de Encomendas
- LAB – Abreviatura da Família de Produtos “Material De Laboratório”
- MED – Abreviatura da Família de Produtos “Medicamentos”
- Não MED – Abreviatura da Família de Produtos “não Medicamentosos”
- PEN – Abreviatura da Família de Produtos “Material De Penso”
- PI – Produtos Importados
- PN – Produção Nacional
- QUI – Abreviatura da Família de Produtos “Produtos Químicos e Desinfetantes”
- REA – Abreviatura da Família de Produtos “Reagentes De Laboratório”
- SUP – Abreviatura da Família de Produtos “Suplementos Alimentares”
- SUT – Abreviatura da Família de Produtos “Material De Sutura”
- UMKC – Unidade de Marketing e Comunicação
- USIT – Unidade de Sistemas de Informação e Tecnologias
- UVNM – Unidade de Vendas de Não Medicamentos



Mensagem do Conselho de Administração

A eclosão da **pandemia pelo Sars-CoV-2 dominou toda a agenda em 2020**, cujo ritmo foi marcado pela ameaça silenciosa, invisível e mortal de um vírus que entrou de rompante nas nossas vidas no primeiro trimestre do ano.

Um dos maiores desafios que se colocavam à Emprofac para 2020 era o anunciado processo de privatização o qual, perante necessidades emergentes do país para fazer face ao combate à propagação do Covid-19, perdeu todo o protagonismo. A **prioridade foi assegurar o abastecimento do país, essencialmente de produtos para fazer face ao Covid-19**, num período adverso e pleno de limitações logísticas.

Muitas das atividades planeadas não foram concretizadas pela impossibilidade objetiva imposta pelas sucessivas medidas determinadas pelos estados de emergência e de calamidade declarados. Esforços não foram medidos para que concentrassem nas respostas à crescente e imprevisível demanda do mercado.

Acresce que, no último quadrimestre do ano, o Conselho de Administração funcionou sem a figura do Presidente, ainda que com quorum bastante para a tomada de decisões.

Não obstante, um dos principais objetivos estratégicos da empresa, no quadro dos compromissos assumidos no seu Plano de Negócios 2018–2020 – **a obtenção da certificação na norma ISO 9001:2015, foi atingido**, fruto de um trabalho aturado por parte dos seus gestores e colaboradores.

O ano terminou ainda em contexto de pandemia, registando-se um **crescimento de vendas ao Setor Público da Saúde em mais de 40% face a períodos homólogos e agudizando-se o nível de cumprimento dos seus prazos de pagamento**, essencialmente porque o orçamento e os recursos do Estado não o previam. Consequentemente, as nossas disponibilidades financeiras também se viram reduzidas, **o que vem afetando o nível de cumprimento das nossas responsabilidades**, impondo medidas de mitigação dos seus efeitos, significativas.

O esforço de combate ao vírus Covid-19 que vem sendo empreendido pelo Estado e Governo de Cabo Verde é gigante, e a Emprofac, unidade económica **do Setor da Saúde de capitais 100% públicos**, não poderia deixar de estar na linha da frente deste combate, continuando a dotar o país em medicamentos e outros produtos de saúde assim como a responder às atuais e novas necessidades.

Sem dúvida um ano desafiador para a saúde e a economia, cuja dedicação, sacrifício e compromissos extremos de todos colaboradores, clientes, fornecedores e aos caboverdianos em geral, mais não são que **querer vencer a pandemia da Covid-19**, conscientes de que ainda 2021 irá continuar a exigir de todos, o mesmo empenho e sacrifícios!

A. W.

Rubieg

Principais Rácios



Indicadores de Resultados (M ECV)

Valor (M ECV)	2018	2019	2020	Δ% (ano anterior)	Spklines
Vendas	1.871	2.006	2.540	↑ 27%	
CMV	1.379	1.516	2.024	↑ 33,5%	
O. Gastos	333	347	433	↑ 24,9%	
Margem Contribuição (\$)	492	490	516	↑ 5,3%	
Margem Contribuição (%)	26,3%	24,4%	20,3%	↓ -4,2 p.p.	
Resultado Líquido (\$)	199	202	137	↓ -32%	
Rendibilidade das Vendas (%)	10,6%	10,0%	5,4%	↓ -4,7 p.p.	

Highlights

60



7



Distribuição de MED

13



Famílias de Produtos

2



Áreas geográficas

40%

Capital Social

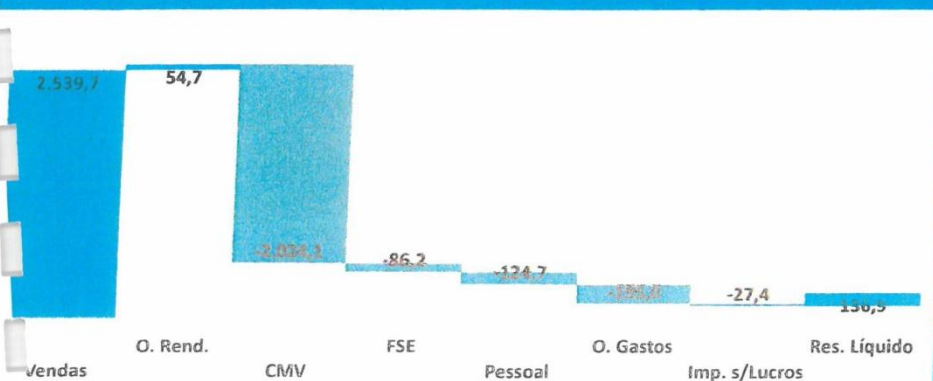


Indicadores Financeiros

Valor (%)	2018	2019	2020	Δ% (ano anterior)	Spklines
Liquidez Geral	1,97	1,65	1,67	↑ 1%	
Liquidez Reduzida	1,16	0,66	0,87	↑ 31%	
Autonomia Financeira a c/prazo	0,49	0,39	0,40	↑ 4%	
Autonomia Financeira a m/l prazo	27,69	28,33	3,72	↓ -87%	
Solvabilidade Total	1,46	1,03	0,66	↓ -36%	
Cobertura do Imobilizado	4,20	4,14	4,60	↑ 11%	
Cobertura do Ativo Total	0,59	0,51	0,40	↓ -22%	



Decomposição DR (M ECV)



100%

Estatal



empresa certificada desde maio/2020



Realidade atual



empresa certificada
desde maio/2020

- ★ Modernidade
- ★ Detentora de know-how
- ★ Condições físicas e materiais, de acordo com as Boas Práticas exigidas internacionalmente ao setor
- ★ Alinhada às exigências do mercado
- ★ Certificada pelas Normas ISO 9001:2015

Assente numa política de **Proximidade**, a empresa almeja acima de tudo relações de **Parceria** com os seus clientes, fornecedores e demais *stakeholders*.



empresa certificada desde maio/2020



Sede: Cidade da Praia

Filial: Cidade do Mindelo (Direção Regional de Baía Ventosa)

N.º de colaboradores: 60

Capacidade de armazenamento instalada: cerca de 2.700 euro-paletes, distribuídos pelos armazéns da Sede e Mindelo

Unidade de Logística:

- Stock rotativo
- Terminal de picking
- Expedição com auxílio de terminais portáteis
- Disponíveis de embarques Inter-Ilhas marítimas e aéreas

Frota automóvel ligada à distribuição: 7 veículos

Instalações Físicas: escritórios modernos e totalmente remodelados entre 2014 e 2016

Detentora de Monopólio de mercado na área de: Importação de Medicamentos e sua distribuição grossista

Detentora de 40% do capital social da Inpharma (Única produtora local nacional de medicamentos)



Colaboradores da Sede



Colaboradores da DRB

Portfólio de Produtos: 13 família de produtos

Regime de Monopólio

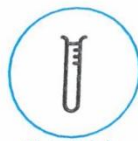


Medicamentos

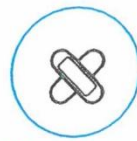
Regime Concorrencial



Reagentes



Material de Laboratório



Material de Penso



Suplementos Alimentares



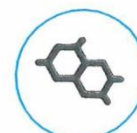
Dispositivos Médicos



Mat. Méd. Hospital



Fitoterápicos



Produtos Químicos



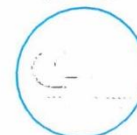
Produtos Cosméticos



Produtos Alimentares



Produtos Diversos



Material de Sutura

Anilal

Noveliz



empresa certificada
desde maio/2020

Estratégia

O Plano de Negócios 2018 - 2020, define como focos essenciais os seguintes:

MISSÃO

Assegurar o abastecimento do mercado em medicamentos de forma contínua e efetiva, garantindo a qualidade e disponibilidade permanente em todo o território.

VISÃO

Transformar-se numa empresa competitiva, essencialmente focalizada no serviço ao cliente, mais eficiente com elevados padrões de qualidade e rentável.

VALORES

- ✓ Competência e reconhecimento
- ✓ Integridade e ética
- ✓ Qualidade de serviço
- ✓ Transparência
- ✓ Responsabilidade Social

EIXOS ESTRATÉGICOS

- ★ Potenciar o crescimento global das vendas
- ★ Estabilizar os custos globais
- ★ Melhorar a qualidade de serviço
- ★ Melhorar a eficiência interna

ÓRGÃOS SOCIAIS / DE GESTÃO

Mesa da Assembleia Geral

Presidente – Sofia Fonseca
Secretário – Patrick Lopes

Conselho de Administração

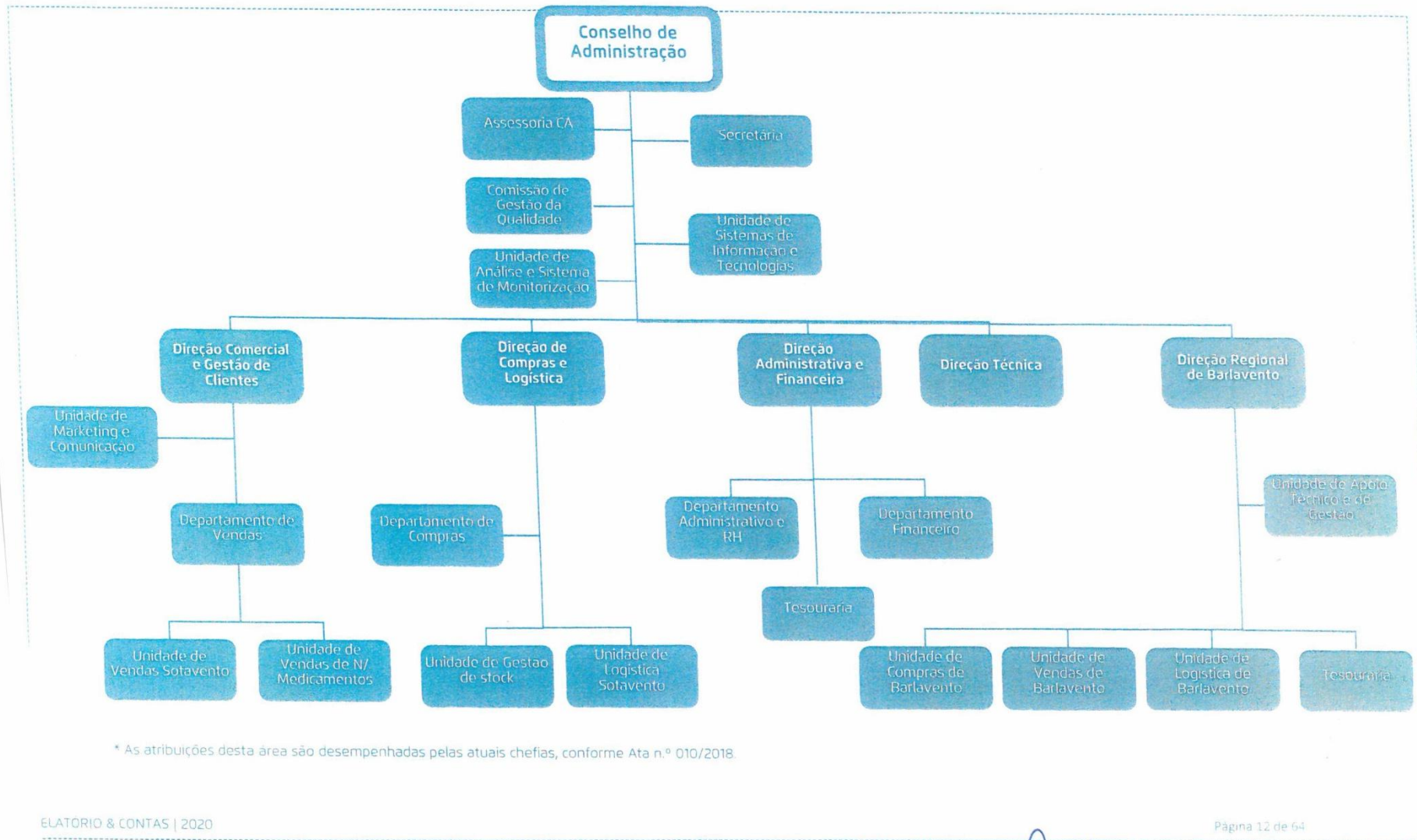
Presidente – Fernando Gil Évora
(até 21/Agosto)
Administradora Executiva –
Melina Veiga
Administradora Executiva – Ana
Ribeiro
Adm. Suplente – Ana Filomena da
Cruz (representante da Emprofac
no CA da INPHARMA)

Fiscal Único

João Mendes
Suplente – Claudino Semedo



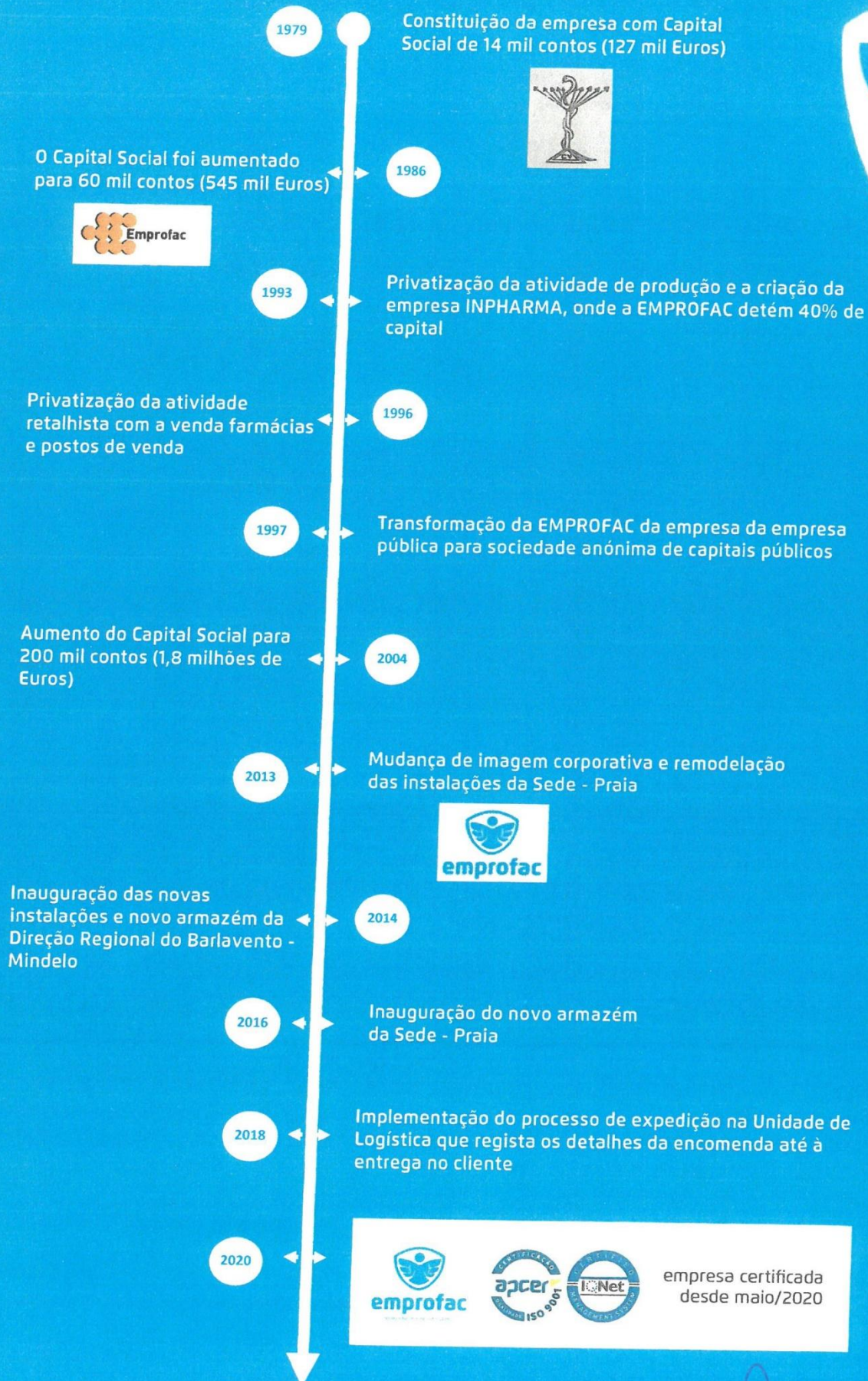
ORGANIGRAMA



* As atribuições desta área são desempenhadas pelas atuais chefias, conforme Ata n.º 010/2018

A. H.

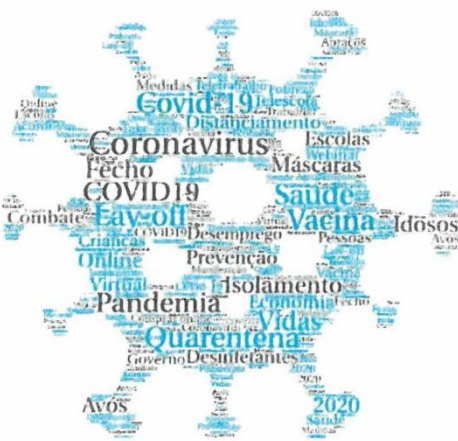
RESUMO HISTÓRICO



Handwritten signature and date: 2020

Enquadramento Macroeconómico e Setorial

O ano 2020. Inicialmente os analistas classificaram o BREXIT e o conflito comercial entre a china e os EUA como potencialmente letais para a economia mundial. Pois, nessa altura ninguém imaginava o descalabro que viria a ser a crise provocada pela pandemia Covid-19 declarada em março.



“2020.UM ANO COMO NENHUM OUTRO.”

Relatório Anual do FMI 2020



As várias restrições e/ou paralisações impostas na maioria dos países tiveram um impacto profundo nas economias: *layoff* de empresas, dificuldades de tesouraria, aumento da dívida pública, *défit* orçamental, desemprego, aumento das desigualdades sociais e outros problemas sociais, recurso a tecnologias (teletrabalho, telescola, *webinar*, etc.), alterações climáticas etc. Para 2020, o FMI prevê uma redução drástica do PIB global.

Overview of the World Economic Outlook Projections (%)	2019	Estimate	Projections
		2020	2021
World Output	2,8	-3,3	6,0
Advanced Economies	1,6	-4,7	5,1
United States	2,2	-3,5	6,4
Euro Area	1,3	-6,6	4,4
Germany	0,6	-4,9	3,6
Japan	0,3	-4,8	3,3
United Kingdom	1,4	-9,9	5,3
Emerging Market and Developing Economies	3,6	-2,2	6,7
China	6,0	2,3	8,4

World Economic Outlook, April 2021

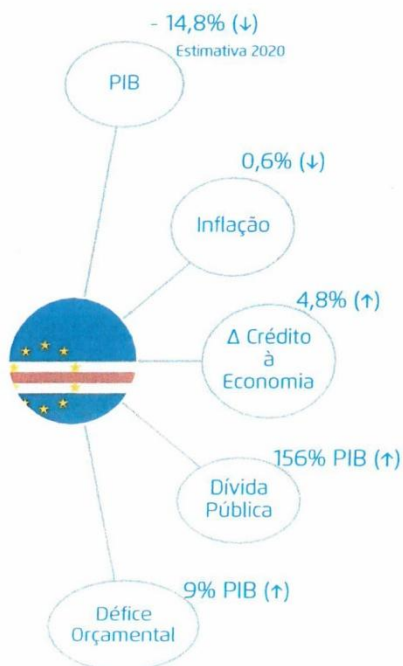
De acordo com o Relatório Anual do FMI, esta tem sido uma crise como nenhuma outra. A magnitude e velocidade do colapso económico foram sem precedentes. A crise pôs em risco a estabilidade financeira mundial, levando à paralisação de grandes segmentos da economia, como a economia informal, que é bastante expressiva na América Latina e na África Subsaariana.

É assim esperada uma quebra de 3,3% no PIB global em 2020, contudo uma retoma acentuada para o ano 2021. Nas principais economias mundiais, apenas a China é esperada uma evolução positiva face ao ano anterior, porém menos favorável comparativamente aos anos anteriores.

Mercado Nacional

O impacto da pandemia Covid-19 na atividade económica mundial, em geral, e na dos principais parceiros do país, em particular, veio exacerbar as vulnerabilidades do país.

De acordo com as estimativas do Instituto Nacional de Estatísticas – INE, a economia do país sofreu uma recessão de 14,8% em 2020, devido aos efeitos da pandemia Covid-19. Porém, dependendo do processo de imunização da população mundial contra Covid-19 e por conseguinte, a recuperação da atividade económica espera um crescimento de 5,8% do PIB, para 2021.



RELATÓRIO & CONTAS | 2020

Conforme o Relatório de Política Monetária do BCV publicado em abril, o desempenho muito desfavorável da economia nacional foi, sobretudo, explicado pelos efeitos:

- do confinamento geral que vigorou de finais de março a meados/fins de maio em todas as ilhas;
- das restrições de viagens (aéreas e marítimas) internacionais não humanitárias e de abastecimento essencial ao país até outubro. As viagens interilhas também continuaram bastante condicionadas depois do levantamento da interdição em junho;
- da proibição das atividades desportivas e recreativas até outubro em boa parte do país. Estas, mormente as competições desportivas e os espetáculos musicais e outros, permanecem ainda condicionadas;
- da perda de rendimentos da população ativa em layoff e desempregada, bem como dos promotores de eventos culturais e outros trabalhadores independentes de diversos ramos de atividade;
- do repatriamento de grande maioria de estrangeiros residentes no país afetos aos serviços consulares, grandes empresas e escolas internacionais, em particular entre março e setembro;
- da reorganização de serviços ao público, o que implicou menos atendimentos

Entretanto, a atribuição do rendimento social de inclusão aos mais vulneráveis, os regimes de suspensão temporária de contrato de trabalho implementados pelo Instituto Nacional de Previdência Social, as moratórias à liquidação das contribuições fiscais e parafiscais, a redução da taxa do imposto sobre o valor acrescentado para o sector do turismo de 15 para 6%, a facilitação de empréstimos para cobrir as necessidades de tesouraria das empresas, através das linhas de crédito Covid-19 com garantia do Estado, contribuíram para atenuar o impacto da crise no rendimento disponível das famílias, para conter a falência das empresas, bem como para preservar os postos de trabalho e a capacidade produtiva instalada.

Enquadramento Setorial

A situação provocada pela pandemia Covid-19 desencadeou um conjunto de efeitos macro e microeconómicos em todos os setores de atividades:



Fonte: Bain & Company. In Gazeta do Povo

O setor da saúde tem sido favorecido pela crise pandémica. Desde o início desta pandemia que este setor tem estado no centro das atenções, impulsionando grandes investimentos na área da ciência, pesquisa e desenvolvimentos, principalmente relacionados com a Covid-19.

Em Cabo Verde, o Governo operacionalizou o Fundo Nacional de Emergência (FNE), para elevar a prontidão operacional do Serviço Nacional de Proteção Civil e do Ministério da Saúde e da Segurança Social, por forma a minimizar a disseminação, e assim mitigar os efeitos de calamidade pública decorrente da propagação da Covid-19, a fim de preservar a qualidade de vida dos cabo-verdianos, principalmente dos agregados familiares mais vulneráveis.

O Orçamento Retificativo elaborado pelo Governo teve um aumento em cerca de 1,4 milhões de contos em relação à previsão inicial e corresponde aos novos projetos e reforços de projetos diretamente relacionados com o enfrentamento da pandemia.

Concernente ao Ministério da Saúde e Segurança Social, reforço do orçamento foi de cerca de 993 mil contos e refere-se à criação de três novos projetos no valor global de 680 mil contos, com destaque para o projeto «Preparação e resposta a Covid-19» no valor de 510 mil contos, o reforço do orçamento do Gabinete de Apoio às Farmácias em cerca de 228 mil contos e do projeto Melhoria do diagnóstico médico em Cabo Verde – Aquisição de equipamento em cerca de 85 mil contos.

A nível da legislação do Setor entrou em vigor a Lei nº 88/IX/2020, de 07 de maio - Regime excecional e temporário para a conceção de incentivos na produção e importação dos dispositivos médicos para uso humano de equipamentos de proteção individual, para efeitos de prevenção do contágio do novo coronavírus SARS-CoV-2.

Também o Decreto-Lei n.º 50/2020 que fixa a margem máxima de comercialização de máscaras não médicas para o uso social ou comunitárias, e dispositivos médicos e equipamentos de proteção individual, bem como o regime de preço máximo de comercialização pelos retalhistas autorizados.

No domínio farmacêutico, a Emprofac desempenhou um papel importante no início da pandemia, na medida que foi o principal fornecedor de EPI e Desinfetantes do mercado e parceiro do Governo.



empresa certificada
desde maio/2020

05

Performance Emprofac por Área

Os principais objetivos almejados em 2020 consistiam na execução plena dos objetivos aspirados no *Business Plan* 2018 – 2020. Todavia, devido à pandemia e, sendo a Emprofac um dos principais *players* do setor da saúde em Cabo Verde, **a empresa viu-se, desde o surgimento do primeiro caso de infeção no país, sob “fogo-cruzado”, numa tentativa incessante para abastecer o país com materiais para fazer face à SARS-CoV-2, designadamente Equipamentos de Proteção Individual – EPI e produtos de desinfeção e despiste.**

Mesmo não tendo monopólio de comercialização desses produtos, nem os EPI constituíssem o seu *core business*, **a EMPROFAC, empresa de capitais 100% públicos, foi chamada a dar resposta a uma súbita procura, sem precedentes, e à inevitável escassez, cuja previsão de reposição era deveras difícil.**

Neste contexto de pandemia, a empresa não mediu esforços para responder à crescente e imprevisível demanda do mercado em termos de abastecimento, até que por fim, se conseguisse um equilíbrio satisfatório entre a procura e a oferta, **respondendo de modo direto aos propósitos do Governo de Cabo Verde, que adotou medidas complementares de combate ao vírus.**

Consequentemente, em 2020, **muitas das atividades planeadas não foram concretizadas pela impossibilidade objetiva, resultante das sucessivas medidas impostas pelos Estados de Emergência e de Calamidade declarados.**

Apesar do contexto adverso, a empresa envidou esforços internos e implementou as melhorias apontadas no relatório de auditoria de 2ª fase (de certificação) realizada em outubro anterior pela entidade certificadora APCER.

E foi **com imenso orgulho que a empresa recebeu, no dia 13 de maio, a sua certificação pela ISO 9001:2015.**

O objetivo da norma ISO 9001, é trazer confiança ao cliente de que os produtos e serviços da empresa serão concebidos e entregues de forma consistente, a fim de garantir a qualidade que foi proposta pela empresa.



empresa certificada
desde maio/2020

Há já algum tempo que a EMPROFAC visava a sua certificação, tendo sido esse um dos principais objetivos estratégicos da empresa, exigindo muito esforço e empenho por parte de todos os seus gestores e colaboradores.

Página 17 de 64

n. l. v. e

5.1 Atividade de Compras e Logística

Planejar e gerir, de forma integrada, o processo de aquisição, armazenamento e distribuição de medicamentos e produtos de saúde é a missão da Direção de Compras e Logística.

a) Atividade de Compras

Em relação às Compras, a atividade principal desta área baseia-se na execução do Plano Anual de Compras aprovado, bem como a preparação desse plano para o ano seguinte.

Ocupa ainda uma função relevante, a gestão das compras “extra plano” que originam da necessidade de acompanhar as flutuações da demanda.

Em relação à **execução do Plano Anual de Compras 2020, as aquisições ascenderam a 92% das quantidades adjudicadas** (86% em 2019) e ainda, foram observadas as seguintes estatísticas:

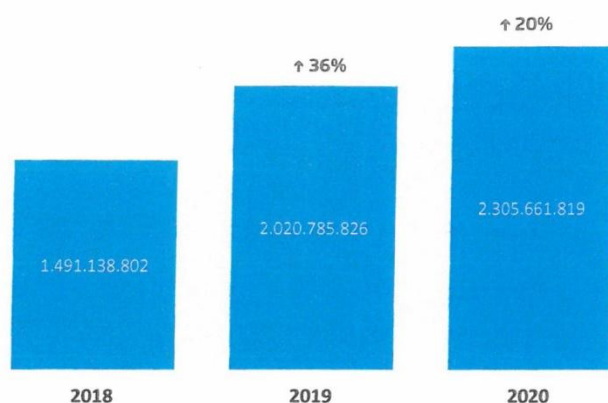
- ★ 12 fornecedores, o equivalente a 31%, cumpriram o plano a 100%
- ★ 21 fornecedores, equivalente a 54%, cumpriram com mais de 80% das quantidades
- ★ 3 fornecedores, equivalente a 5%, entregaram 50% ou mais das encomendas adjudicadas
- ★ 1 fornecedor, equivalente a 3%, entregou apenas 47% das encomendas.

Em termos globais, a taxa de realização do plano foi superior à do ano de 2019, em cerca de 6 p.p, apesar da conjuntura e, cerca de 27 fornecedores tiveram lotes/quantidades cancelados, sendo os principais motivos registados: o atraso na entrega, restrições à exportação e alterações de preços.

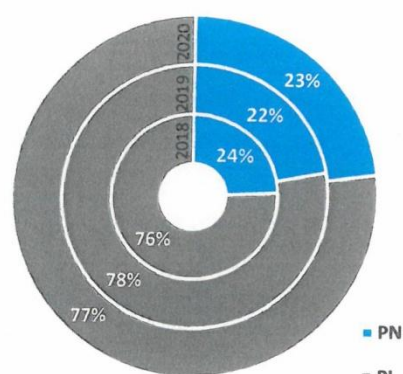
As **Compras globais da empresa têm vindo a aumentar ao longo dos anos**, acompanhando a evolução vendas. Em 2020, as mesmas atingiram 2.305.661.819 ECV, representando um aumento de 14% face ao ano anterior.

Compras

Evolução anual



Por origem, PN vs. PI



O aumento das compras de mercadorias em 2020 resultou, em parte, do aumento da demanda, sobretudo de EPI e desinfetantes devido à pandemia Covid-19.

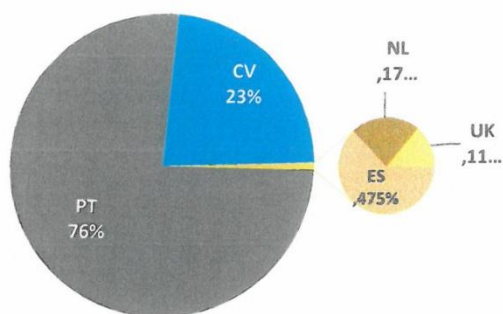
Por causa da pandemia, a empresa efetuou um significativo volume de compras fora do Plano Anual de Compras - **Encomendas extras, sobretudo de equipamentos de proteção individual, reagentes e materiais de laboratórios**, e reduziu encomendas do plano, sobretudo de medicamentos. Dos registos das adjudicações feitas com prazos de entregas em 2020, as encomendas extras satisfeitas representaram 78% das compras.

O volume de compras em 2020 é também explicado pelo significativo aumento do custo de aquisição dos EPI e desinfetantes na fase inicial da pandemia, devido à alta dos preços de aquisição nos fornecedores.

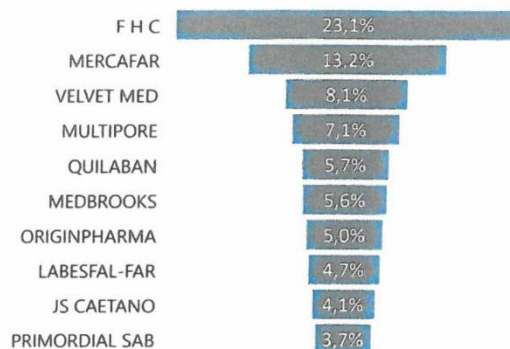
Em termos de volume de compras, por origem, os produtos importados – PI representaram 77% das compras totais de mercadorias em 2020 e as compras nacionais - PN 23%.

Compras

Peso, por países



TOP 10 – Fornecedores PI

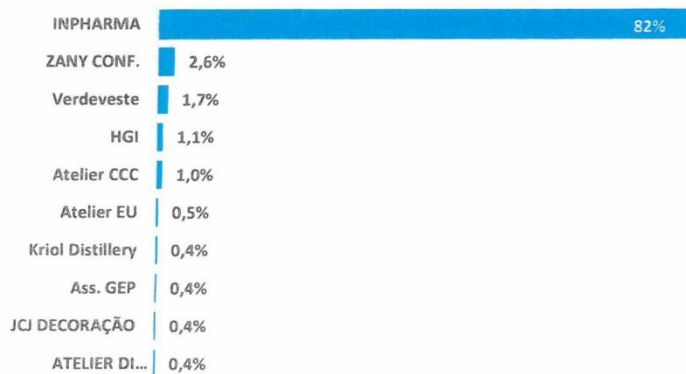


Em 2020, a EMPROFAC trabalhou com 69 fornecedores, mais 16 que em 2019. E, 76% das compras de mercadoria foram a fornecedores portugueses, **23% a operadores nacionais** e restantes 1% a fornecedores de outros países europeus, nomeadamente Espanha, Holanda e Escócia.

Cerca de 60% das compras estiveram concentradas em 5 fornecedores, a saber: Laboratórios Inpharma, FHC, MERCAFAR, VELVET MED e MULTIPORE.

Compras

TOP 10 – Fornecedores PN



Inpharma, SA

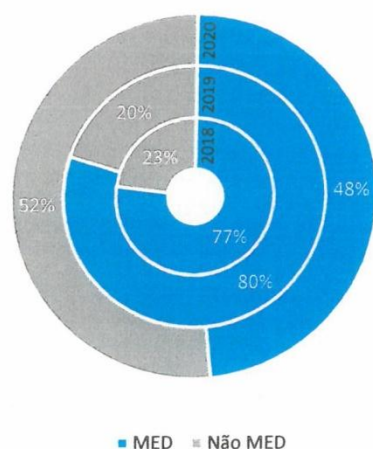
Principal fornecedor da Emprofac

As compras nacionais contemplam as aquisições à Inpharma e a alguns fornecedores pontuais de máscaras não médicas de uso social ou comunitárias, cujos contratos, por ajustes direto, se realizaram ao abrigo do disposto nos artigos 39.º n.º 1 alínea a) do Código da Contratação Pública e 18.º do Decreto-lei n.º44/2020, de 17 de Abril, alterado pelo Decreto Lei n.º 49/2020, de 2 de Maio, em virtude da necessidade de adquirir os produtos objecto do procedimento com vista a limitar a transmissão do SARS-CoV-2 – COVID 19.

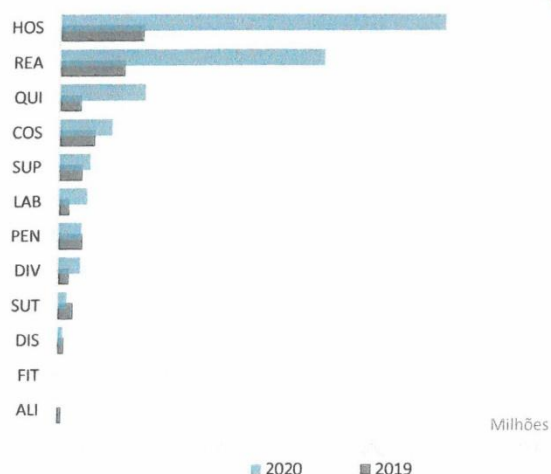
As compras à Inpharma absorveram cerca de 82% das compras nacionais e os restantes fornecedores apenas 18%. A Inpharma fornece à Emprofac os principais medicamentos de alta rotação, nomeadamente medicamentos para doenças crónicas e outros medicamentos, bem como produtos químicos de desinfecção e antissépticos, por isso é o principal fornecedor da empresa.

Compras

Evolução, MED vs. Não Med – Outras famílias



Evolução, Outras Famílias



Em 2020, a compra de medicamentos atingiu 48% do total das compras de mercadorias na empresa.

Historicamente, o peso das compras de medicamentos tem-se situado entre 70 a 80%. Todavia em 2020, as compras de EPI e desinfetantes, bem como a redução de vendas de produtos da família medicamentos, ditou uma configuração diferente das compras globais da empresa. Daí o significativo aumento das compras verificado nas famílias HOS – Hospitalares, REA – Reagentes e QUI – Químicos.

Compras

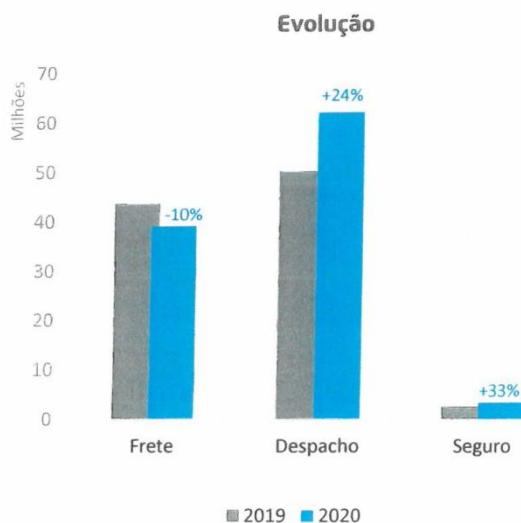
TOP 10 Artigos - 2020, por valor das compras

Mascara Cirurgica C/ Elástico...	112.349.009
Novel Coronavirus(2019-nCoV...	86.191.945
Mascara FFP2 para particulas...	83.723.677
Kit extração QIAamp Viral RNA...	59.217.767
Teste COVID-19 IgM/IgG C/40...	47.427.180
Mascara Protecção Comunitar...	44.766.950
Amoxicilina 500mg 30Cap...	31.752.718
Mascara Protecção Comunitár...	30.413.017
Acido Ascorbico 200mg 30CP...	26.477.600
Teste COVID-19 IgM/IgG Duo...	25.636.944

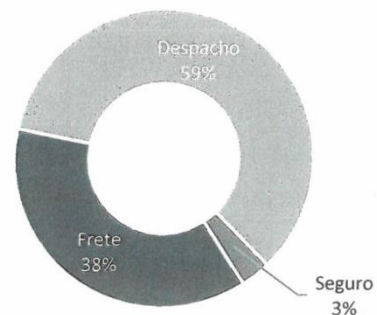
b) Despesas de Compras

As despesas de compras atingiram 104.816.685 ECV e representaram um aumento de 9% face ao ano anterior. A decomposição dos valores teve a seguinte configuração:

Despesas de Compras



Peso_2020



O aumento mais significativo verificado nas despesas de compras refere-se ao **Despacho aduaneiro, cujo aumento face ao ano anterior foi de 24%**. A diminuição das compras de medicamentos e o aumento das compras de produtos hospitalares, reagentes e químicos (**determinado pela conjuntura pandémica pelo Covid-19**), **contribuiu largamente para esse aumento**, dada à natureza/ classificação aduaneira aplicável a esses produtos.

Apesar do aumento das despesas globais de compras em 9% face ao ano anterior, **a rubrica “frete de mercadoria” teve um decréscimo de 10% face ao ano anterior**. Por causa da pandemia houve menos embarques – devido à redução de transportes aéreos com o fecho das fronteiras. O transporte marítimo foi a opção mais utilizada para o transbordo das mercadorias.

Os valores apontados acima não englobam as despesas com o afretamento de aviões, recurso que se revelou imprescindível para o transporte de EPI no início da pandemia, para abastecer/reforçar o país com stocks mínimos de EPI, sob pena da sua indisponibilidade. Os custos do afretamento ascenderam a 6.042.522 ECV, em abril e 5.844.045 ECV em maio. Ambos os afretamentos foram efetuados com a companhia aérea SATA | Azores Airlines.

c) Avaliação de Fornecedores

A implementação do Sistema de Gestão da Qualidade e certificação da empresa ditou o cumprimento de requisitos referentes à avaliação e qualificação de fornecedores e prestadores de serviço.

Para tal, **a empresa implementou procedimentos para avaliar os Fornecedores de mercadorias comercializáveis, fornecedores de mercadorias para consumo interno e prestadores de serviço**, com base numa escala compreendida entre 1 a 10.

No âmbito das compras de mercadorias comercializáveis, **a avaliação foi realizada no último trimestre do ano 2020 e foi apurada uma média de 6,6 pontos** conforme a escala referida acima.

d) Unidade de Logística

A Empromac enquanto empresa de distribuição, desenvolve a fundamental atividade logística através das Unidades de Logística da Sede (região Sotavento) e da DRB (região Barlavento).

Assegurar a receção, arrumação, selagem, aviamento/conferência e entrega aos clientes (público e privado), é a missão dessas unidades, cujo foco é a prestação de um serviço de qualidade.

Indicadores de Performance 2020

★ **3,87 (escala 1 – 5) -> +0,04 face a 2019**

Avaliação anual feita pelos clientes ao "Processo Logístico e de Entrega da EMPROMAC"



★ **26 minutos** (pico máximo de 41 minutos em março e mínimo de 14 minutos em maio)

Tempo médio de aviamento às Farmácias

- ★ **Farmácias da Praia: 91%**
- ★ **Farmácias de Interior de Santiago: 86%**
- ★ **Farmácias das Ilhas: 89%**
- ★ **Farmácias de São Vicente: 98%**

Taxa de cumprimento dos termos de entrega contratualizados com Farmácias

As Unidades de Logística enfrentaram enormes desafios em 2020, dado ao contexto pandémico. Com a declaração do estado de emergência em março, a empresa registou uma **demanda desenfreada**, sobretudo de medicamentos para doenças crónicas e produtos recomendados na prevenção da doença pelo Covid-19, nomeadamente, máscaras, luvas, toucas, cobre-sapatos, óculos de proteção, reagentes para testes, viseiras, álcool, álcool gel etc., o que quase esgotou a capacidade de resposta das Unidades de Logística, cujo esforço e **resiliência dos colaboradores** foi determinante.

A **atuação da empresa foi percebida e avaliada positivamente no Inquérito de satisfação anual de clientes**, nomeadamente, os parâmetros "Processo Logístico e de Entrega da EMPROMAC" e "Desempenho e a capacidade de resposta da empresa e de seus colaboradores, no contexto da pandemia provocada pelo novo Corona Vírus".

5.2 Atividade Comercial e Gestão de Clientes

A Direção Comercial e Gestão de Clientes (DCGC), é responsável pelas atividades comerciais da empresa e gestão da carteira dos clientes e do relacionamento com os mesmos.

O **desempenho comercial em 2020, ainda que muito positivo, ficou marcado por alguns constrangimentos, dos quais o mais relevante foi responder à elevada demanda pelos EPI e desinfetantes**, produtos para a prevenção da doença por Covid-19.

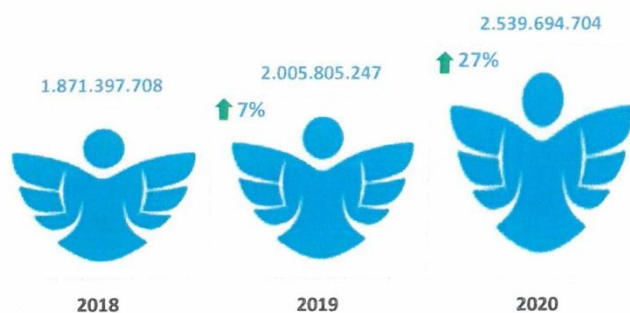
Em 2020, não obstante as causas habituais, de cariz estrutural, outras de carácter conjuntural ao nível internacional, afetaram sobremaneira o fornecimento de tais produtos pela incapacidade dos nossos fornecedores habituais satisfazerem, nos prazos contratados, as encomendas colocadas.

As metas de vendas estabelecidas no Plano de Negócios revisto para o horizonte 2018-2020, situaram-se em 5% relativamente ao realizado no ano anterior, e o **ter-se atingido os 26,62%, em 2020, é o resultado de um esforço assinalável de resposta à demanda verificada.**

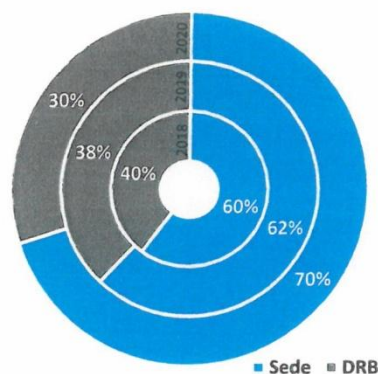
Neste ano atípico, **as vendas globais atingiram, em valores absolutos, 2.539.694.704 ECV.**

Vendas

Evolução Global



Peso por área geográfica



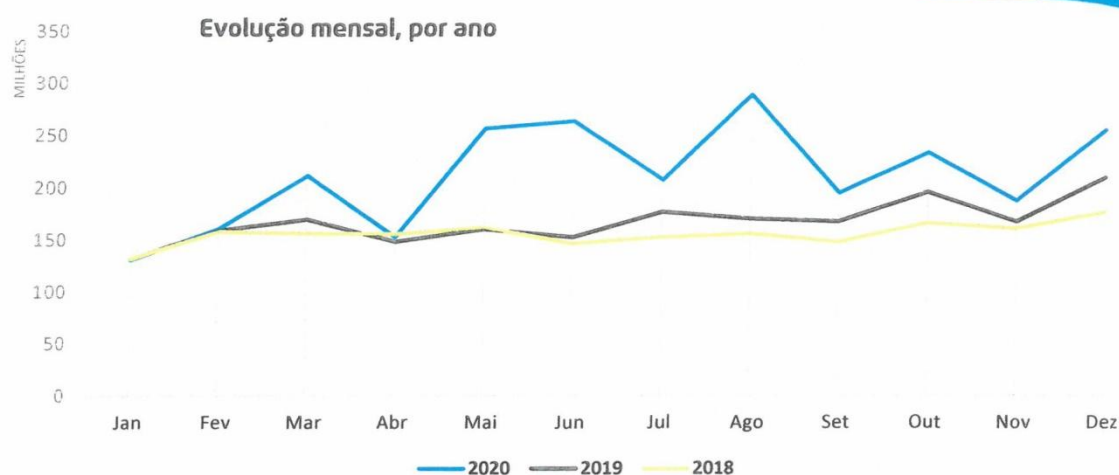
Ao nível da **Sede**, as vendas ascenderam a 1.775.304.572 ECV, um crescimento de 42% face ao período homólogo, e representando 70% das vendas globais em 2020.

Ao nível da **DRB, as vendas foram de 764.390.132 ECV, um crescimento de apenas 1% face ao período homólogo**, e representando 30% das vendas globais. O crescimento verificado na DRB não é tão expressivo quanto na Sede, encontrando justificação nos aspetos seguintes:

- ★ Maior concentração de stock de EPI no Armazém da Sede;
- ★ Suspensão de todas ligações aéreas e marítimas após ter sido decretado o estado de emergência em todo o arquipélago;
- ★ Situação mais agravada verificada na ilha de Santiago (que apresentou índices mais elevados de infeção durante os primeiros meses);
- ★ Concentração de maior n.º de instituições públicas e privadas na Cidade da Praia.

Os valores alcançados traduzem claramente os impactos da pandemia SARS-CoV-2, conforme mostra o gráfico abaixo, ficando evidente o crescimento significativo, a partir do mês de março.

Vendas



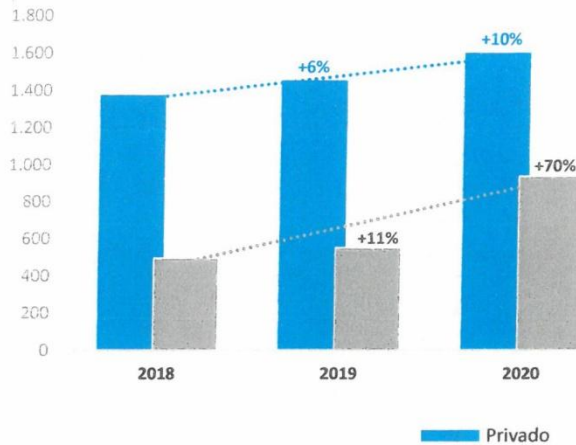
As vendas mensais começaram por seguir a mesma tendência registada em anos anteriores, todavia **com o boom da pandemia, as vendas extrapolaram para níveis nunca antes registados** na empresa. Contrariamente, no terceiro e quarto trimestres do ano, as vendas estabilizaram-se ainda que em níveis superiores à média dos anos anteriores.



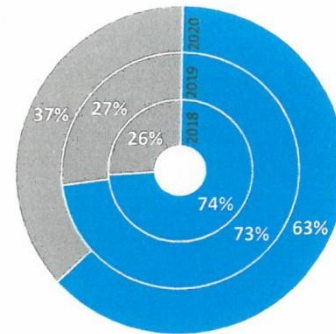
empresa certificada desde maio/2020

Vendas

Evolução anual por Setor



Peso por Setor



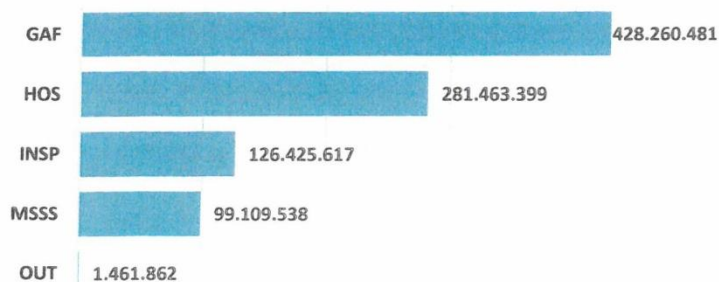
O significativo aumento das vendas verificado em 2020 teve a contribuição tanto do setor público, como do setor privado.

Historicamente, **o setor com mais peso nas vendas da EMPROFAC é o Setor Privado** que, em média, representa 70% das vendas globais e os restantes 30% provêm do Setor Público.

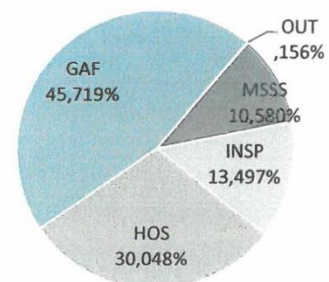
Porém, **esse cenário viu-se um pouco alterado em 2020**, tendo o Setor Público ganho muita expressão, traduzindo-se num aumento de 70%, comparativamente ao ano anterior equivalente a 395.153.480 ECV em valores absolutos. Daí que o peso das vendas ao setor público atingiu 37% e do setor privado 63%.

Vendas

Setor Público - 2020, por entidades



Setor Público, peso/ entidades



O impacto da pandemia fez-se sentir fortemente nos hospitais que, conseqüentemente, aumentaram as suas compras em materiais médico-hospitalares. O **acentuado crescimento das vendas ao Setor Público** é também justificado pelo crescente fornecimento de EPI e outros materiais associados ao combate e despiste do novo Corona Vírus não só aos hospitais, como também ao Gabinete de Assuntos Farmacêuticos (GAF), ao Instituto Nacional de Saúde Pública (INSP) e ao Ministério da Saúde e Segurança Social (MSSS).

As vendas ao GAF aumentaram 51% face ao ano anterior e, dentre as entidades públicas é a que ocupa a maior fatia das vendas ao setor público - 46%, seguido dos 6 hospitais do país (Agostinho Neto, Baptista de Sousa, Regional Santiago Norte, Regional Dr. João Morais, Regional Dr. Ramiro Figueira e São Francisco De Assis) com um peso global de 30%.

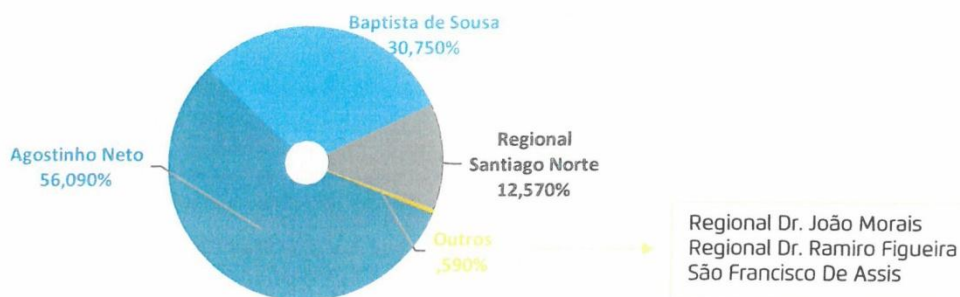
O conjunto **Ministério da Saúde e Segurança Social + Instituto de Saúde Pública** tiveram destaque no ano em análise, dada à conjuntura em que se viveu. As vendas a essas entidades, no total, tiveram um peso de 24% nas vendas às entidades públicas e os produtos vendidos correspondem, sobretudo a EPI, desinfetantes e reagentes para teste ao vírus da Covid-19.

Em "OUT" - Outros incluíram-se as Outras estruturas públicas de saúde, nomeadamente Centros de Saúde, Delegacias de Saúde e Região Sanitária que absorveram 0,2% das vendas desse setor.

As vendas aos 6 Hospitais do país atingiram os 281.463.399, o que representa um aumento de 6% face ao ano anterior. O Hospital Agostinho Neto é o hospital que absorveu maior parte desse valor, 56%, seguido do Hospital Batista de Sousa com 31%.

Vendas

HOSPITAIS – Peso entidades, 2020



Relativamente ao **setor privado, no ano em análise, as vendas aumentaram 10%**, o equivalente a 147.466.701 ECV em valores absolutos, face aos valores alcançados no ano anterior.

No setor privado, **as Farmácias dominam este segmento**, representando mais de 91% das vendas ao setor. Além das Clínicas, Laboratórios e Parafarmácias, em “Outras”. incluem-se ainda as Associações e outras entidades privadas, com um peso reduzido nas vendas a este setor.

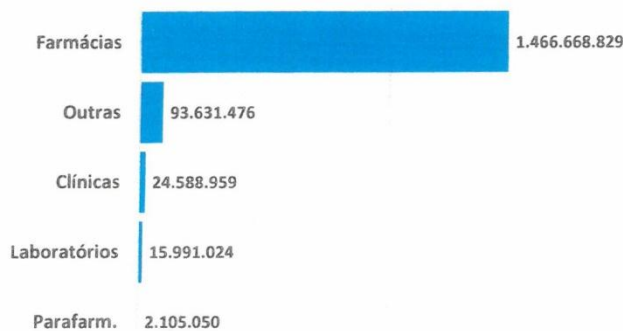
Importa ressaltar que **a EMPROFAC, à data da declaração do Estado de Emergência (março 2020)**, e com a excecional procura pelos EPI, **era a única empresa que dispunha de algum stock e com acesso ao mercado internacional** para a sua aquisição.

Em contexto da pandemia, medidas de rateio tiveram de ser introduzidas como forma de acautelar situações de açambarcamento e especulação. Consequentemente, as farmácias, viram-se com dificuldade em dar resposta à avalanche determinada pela procura da população e de instituições.

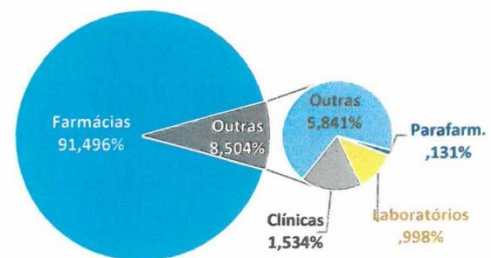
Portanto, **a título excecional, a EMPROFAC teve de atender pedidos de diversas instituições públicas e privadas, clientes não usuais da empresa.**

Vendas

Setor Privado – 2020, por entidades



Setor Privado, peso/ entidades



As **vendas a farmácias aumentaram 5% face ao ano anterior**, um aumento que se traduz em 67.829.221 ECV em valores absolutos. De ressaltar que a empresa faz o fornecimento a todas as farmácias de Cabo Verde, somando um total de 37, sendo 23 situadas nas ilhas de Sotavento e 14 nas ilhas de Barlavento.



empresa certificada
desde maio/2020

Em termos de volume de vendas, as farmácias que se destacaram, estão evidenciadas nos gráficos seguintes - **TOP 5 vendas a Farmácias é apresentado por região: barlavento e sotavento.**

Vendas

Ranking – Farmácias, conforme volume de vendas

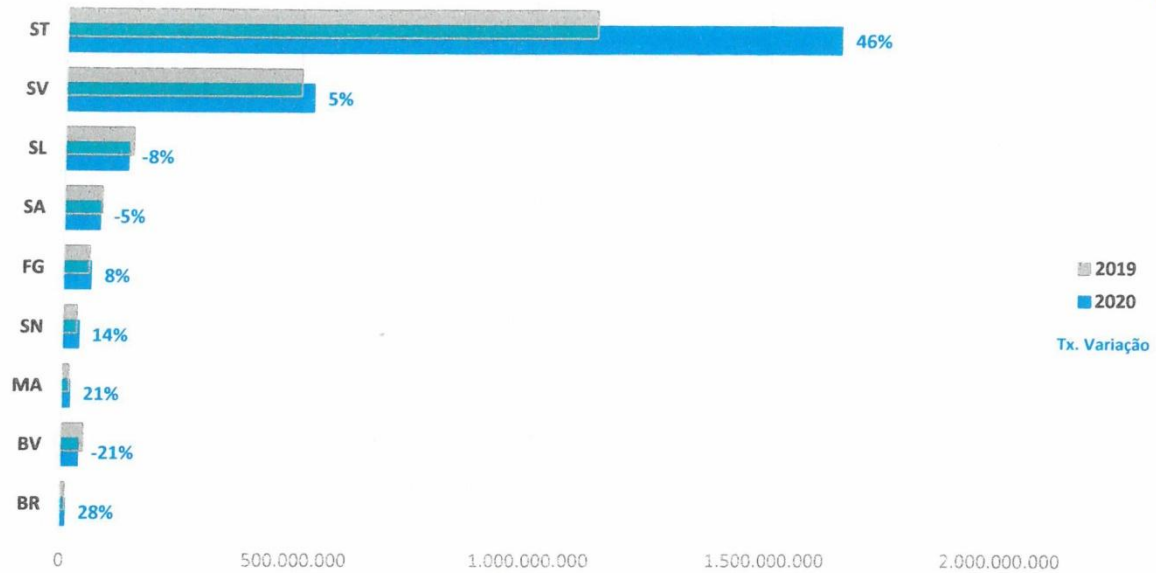
Farmácias Sotavento		Farmácias Barlavento	
F. SANTA ISABEL	122.270.591	F. Jovem	84.547.531
F. CENTRAL	96.557.858	F. do Leão	71.614.684
F. UNIVERSAL	67.452.284	F. Avenida - SV	58.482.970
F. 2000	65.574.163	F. Ivete Santos	46.114.716
F. AVENIDA - ST	63.336.401	F. São Lucas	45.531.496

Em consequência da evidente necessidade (excepcional) de se efetuarem vendas diretas a várias instituições privadas, conforme descrito anteriormente, **o volume de vendas a “Outros Clientes Privados” disparou, atingindo um crescimento de 167%**, ou seja 58.522.299 ECV, em valores absolutos.

Destacaram-se os Laboratórios, cujo volume de vendas aumentou consideravelmente, 403% em termos relativos e 12.814.823 em termos absolutos. Esse aumento está relacionado sobretudo com a crescente procura de produtos relacionados com SARS-CoV-2 e a necessidade de consumíveis, insumos e reagentes neste contexto pandémico.

Vendas

Distribuição geográfica - ilhas



Ao analisar a evolução das vendas, **por ilha**, verifica-se que a maior parte das ilhas registou variação positiva, lideradas pelas de **Santiago e São Vicente** o que é explicado por serem as ilhas onde se concentram um maior número de clientes privados e públicos.

Santiago foi a ilha que absorveu a maior parte das vendas, com uma taxa de crescimento de 46% em termos relativos e 519.892.609 ECV em termos absolutos. A explicação para esse facto, conforme referido anteriormente, **deve-se à concentração de grande parte de instituições públicas**, nomeadamente o Ministério da Saúde e Segurança Social, o Instituto Nacional de Saúde Pública e outros Ministérios que, no ano em análise, devido à conjuntura pandémica efetuaram um significativo valor de compras à Emprofac e, pela maior densidade populacional da Ilha de Santiago.

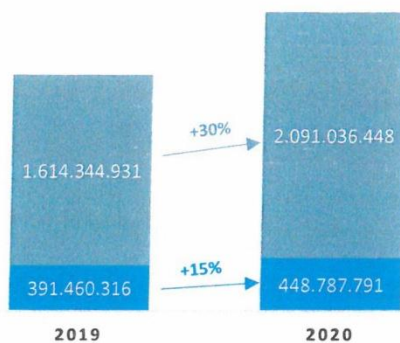
Nas **ilhas do Sal e Boa Vista**, as **restrições impostas à entrada de turistas** e a conseqüentemente crise do setor turístico, **refletiram-se claramente** na variação negativa de 8% e 21% respetivamente. No conjunto, essas 2 ilhas apresentaram uma variação negativa de 21.446.846 ECV face ao ano anterior.

Vendas

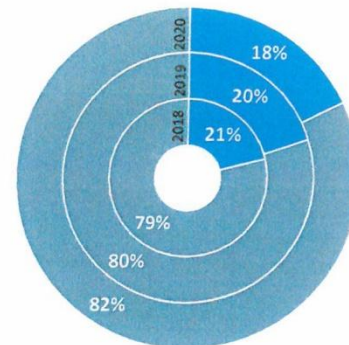


empresa certificada
desde maio/2020

Por origem – Volume Anual



Peso Anual



■ PN ■ PI

No contexto da pandemia, a venda dos produtos importados cresceu 30% e os produtos nacionais 15%, face ao ano anterior, traduzindo-se em 82% e 18% respetivamente no peso total dos produtos vendidos pela empresa.

Até ao mês de março, a proporção dos produtos importados e nacionais manteve-se semelhante aos anos anteriores (79/21). Contudo, a partir de março, houve a necessidade de se recorrer a mercados externos para o abastecimento dos EPI e outros produtos relacionados com a Covid-19, produtos esses, até então, adquiridos em mercado internacional.

Um pouco mais tarde, a INPHARMA, que já abastecia a empresa com álcool, viu uma oportunidade no fabrico e abastecimento de gel desinfetante e soluções alcoólicas, o que provocou uma redução nas importações desses produtos.

O leque de produção nacional contém cerca de 101 artigos ou DCI+dosagem+forma farmacêutica, sendo que o Top 6, em valor, representa 40% das vendas deste segmento, liderado pelo Enalapril Maleato 20mg 56CP CETAMPRIIL.

O Top PN, em valor, habitualmente é liderado pelo Amoxicilina 500mg 30Cap AMOX; porém, em 2020, a conjuntura ditou que se posicionasse em 3º lugar, precedido pelo Acido Ascórbico 200mg 30CP INPHARMA.

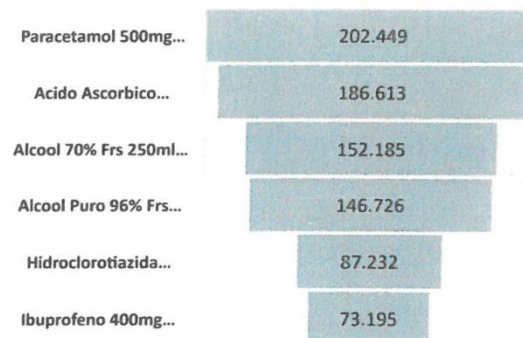
Nas vendas em quantidades, o Paracetamol 500mg 20CP continuou a liderar em 2020, favorecido pela pandemia, por se tratar de medicamento recomendado no tratamento da febre – um dos sintomas da Covid-19, tendo sido vendidas 202.449 embalagens. Esse valor representa um aumento de mais 62.437 embalagens vendidas em relação a 2019.

Vendas

TOP 6, PN em Valor (ECV)



TOP 6, PN em quantidade

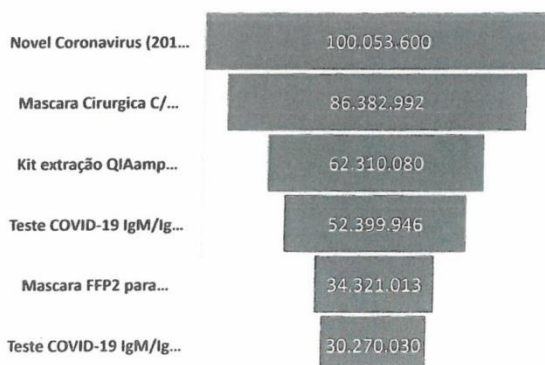


Em relação aos produtos importados, as vendas atingiram 2.091.036.448 ECV, um aumento de 30%, em termos relativos, e 476.691.517 ECV em termos absolutos, em relação ao ano anterior.

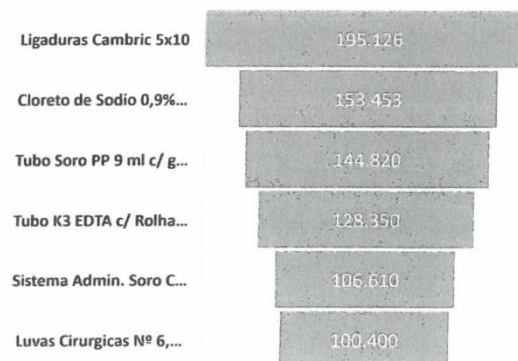
Em 2020, os produtos importados ascenderam a 82% do volume de vendas da empresa, num universo de mais de 4.000 artigos do portfolio da EMPROFAC.

Vendas

TOP 6, PI em Valor (ECV)



TOP 6, PI em quantidade



Os artigos que fazem parte do **Top 6 2020**, em valor, espelham sobretudo a conjuntura em se viveu, o que é inédito no histórico de vendas da empresa. Em anos anteriores, o **TOP 6** era ocupado por

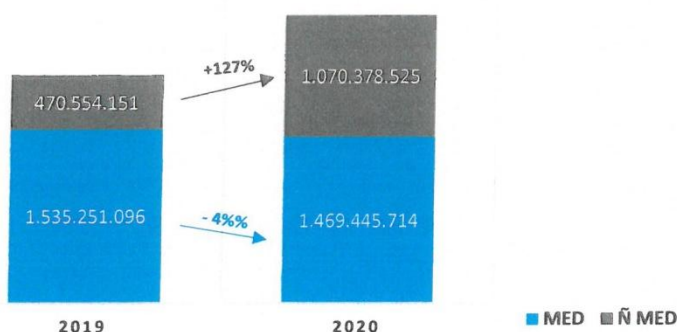
medicamentos prescritos para doenças crônicas, nomeadamente hipertensores, diabetes, anti anémicos e tensioativos.

Os Produtos importados, **TOP 6 2020**, em valor, representaram 14% das vendas globais da empresa.

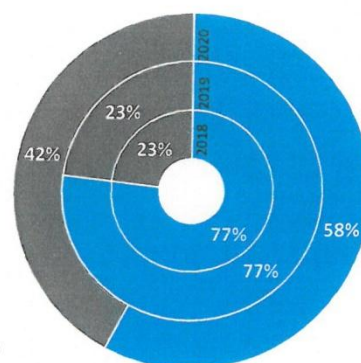
A **EMPROFAC dispõe de 13 famílias distintas de produtos**, podendo, no entanto, ser agrupadas em dois grandes grupos: **os Medicamentos** (correspondente à família dos Medicamentos) e **os Não-Medicamentos** (todas as restantes 12 famílias).

Vendas

Evolução volume anual, por segmento



Peso anual



No horizonte no Plano de Negócios 2018-2020, a empresa definiu como **objetivo, reforçar a sua posição no mercado das outras famílias**, já que no mercado de medicamentos, seu "core business", detém o monopólio desde a sua criação

O peso das vendas de produtos não medicamentosos nas vendas globais da empresa tem vindo a **aumentar nos últimos anos**, situando-se em média nos 23%, **com exceção do ano 2020 que atingiu 42%**, por conta do volume de venda dos EPI e produtos desinfetantes.

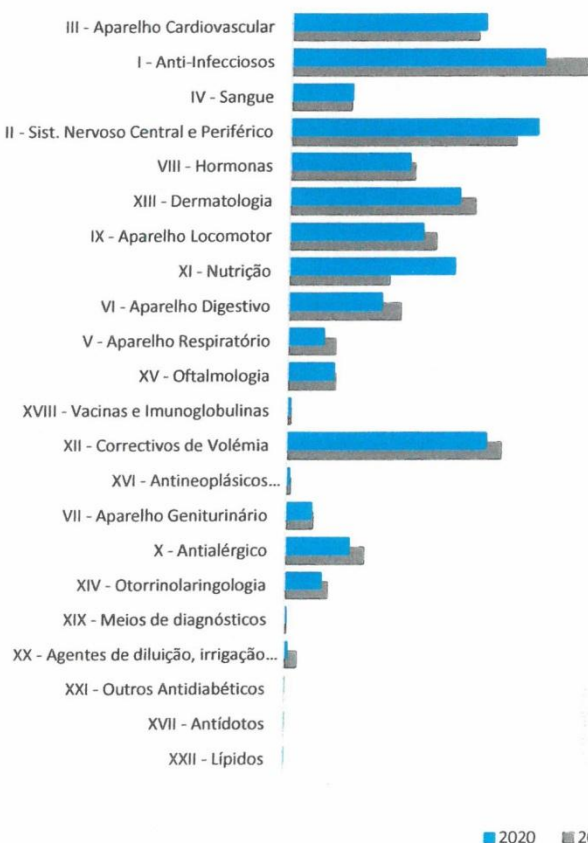
Neste ano a configuração das vendas da empresa ditou um **cenário bastante favorável para o que são os objetivos traçados**, tendo a procura pelos EPI e os produtos desinfetantes contribuído significativamente para esse cenário. **O volume de venda desses artigos recomendados na prevenção/despiste da doença por Covid-19 aumentou 236% e tiveram um peso de 36% nas vendas globais de 2020.**

Os **Medicamentos - core-business da empresa**, ao contrário do que se tem registado nos últimos anos, em 2020 as vendas não aumentaram, antes retraíram-se em 4% face ao ano anterior. Em valores absolutos, essa diminuição traduz-se em 65.805.382 ECV.

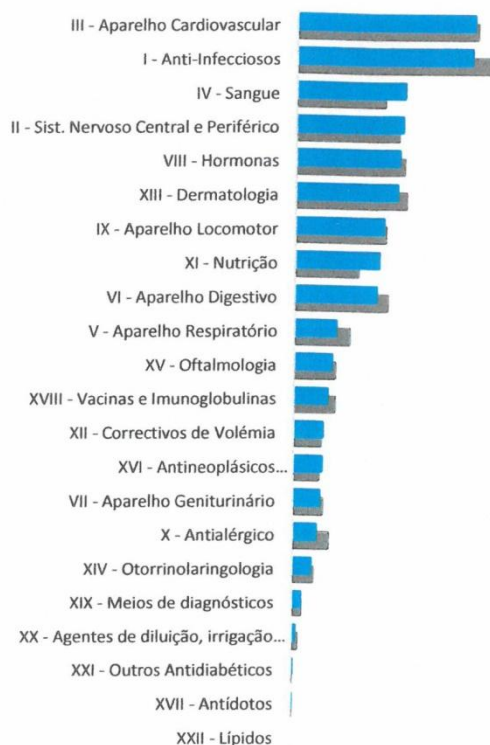
A **diminuição das quantidades vendidas de alguns medicamentos de grande rotação**, essencialmente medicamentos prescritos para doenças crónicas, ficou a dever-se ao cancelamento de consultas médicas e outros procedimentos a nível hospitalar, em consequência da quarentena imposta.

Vendas

Medicamentos, por subfamílias (quantidades em milhares)



Medicamentos, por subfamílias (valor em milhões)

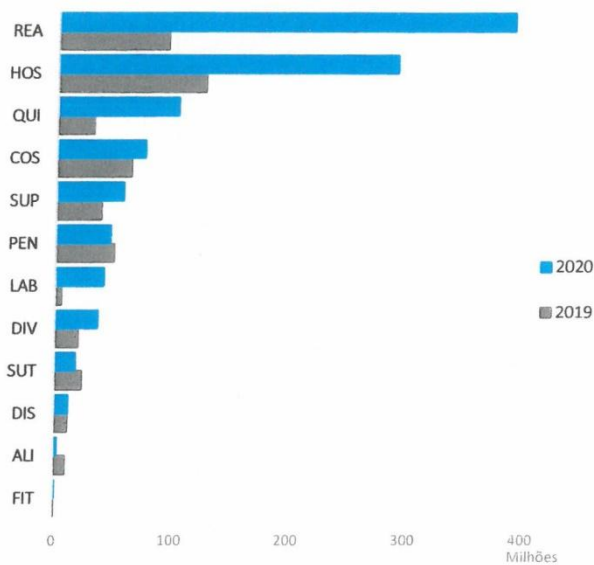


No segmento **MED**, as quantidades vendidas atingiram, em 2020, 3.500.712 embalagens e comparativamente ao ano 2019, verificou-se uma diminuição de 115.834 embalagens.

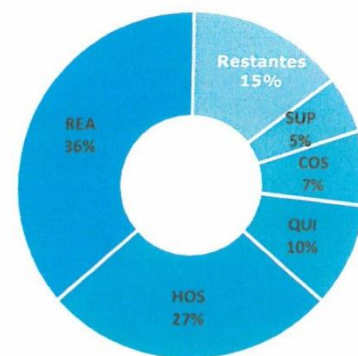
As subfamílias de Medicamentos com maior expressão, em quantidade e em 2020, foram os Anti-infecciosos e os medicamentos para o Sistema nervoso central e periférico.

Vendas

Outras Famílias (Não Medicamentos)



Peso Outras famílias 2020



A maioria das famílias de produtos Não-Medicamentos registou um notável crescimento face ao ano 2019, claramente justificado pelo aumento do consumo de Reagentes e de Produtos Hospitalares, que assumiram a liderança em contexto pandémico.

Vendas

Evolução do Preço Médio (ECV)



A **relação entre volume de vendas e as quantidades vendidas, em termos globais**, é uma análise que nos permite evidenciar o aumento verificado no volume de vendas, enquanto diminuem as quantidades vendidas, **permitindo-nos apurar um aumento do preço médio de venda em 30%**.

Assinala-se que, na família medicamentos, os preços são regulados para a sua grande maioria.

A excecional procura pelos EPI, e a sua exígua disponibilidade logo no início da pandemia, determinaram um significativo aumento dos seus preços no mercado internacional, cujos custos de aquisição nos nossos fornecedores foram notórios.

Em Cabo Verde, o Governo, pelo Decreto-Lei n.º 50/2020, de 7 de maio, limitou as margens de comercialização para até 15% no grossista e, até 20% no retalhista, procurando limitar maiores impactos dessa alta de preços no consumidor final.

a) Outras Atividades

Apenas no 1º Trimestre de 2020, as atividades seguiram o Plano de Atividades traçado para 2020 e, no período seguinte, dadas as limitações da pandemia, os contatos com os clientes realizaram-se quase exclusivamente por correio eletrónico, desenvolvendo ações de ofertas e auscultação de interesses de novos produtos e ações de formação on-line.

Não obstante, o **Plano de marketing e comunicação**, ficou-se pela versão *draft* e, não obstante terem sido planeadas atividades e estabelecidas prioridades, algumas vieram a ser canceladas e



empresa certificada
desde maio/2020

outras ficaram em *stand-by*. No 2º Semestre algumas atividades puderam ser retomadas, quer com recurso às plataformas digitais (Reunião Anual de Clientes – dezembro), quer presencialmente (Dia Internacional do Idoso no dia 1 de outubro, com uma ação junto de várias Unidades Sanitárias de Base em regiões remotas do interior de Santiago / incentivo de rastreio de diabetes junto das farmácias, entre outras)

A comunicação institucional, ficou praticamente resumida à edição do Boletim Saude & Comunicação (4 números), cuja veiculação foi feita apenas por via digital. A contenção de custos a todos os níveis determinou o cancelamento de várias atividades e ações habituais, nomeadamente a não produção de materiais gráficos e de merchandising.

As prioridades comerciais da empresa foi acompanhar a nova dinâmica e o necessário *back up* nos processos internos, com os EPI a assumirem o protagonismo e, dando origem a um Catálogo digital de EPI (<https://online.fliphtml5.com/svegv/uirn/#p=1>), para facilidade de escolha dos clientes, **partilhado com os clientes através do email, redes sociais e foi também disponibilizado em QR Code**, uma forma de acesso rápida e prática através de smartphones.

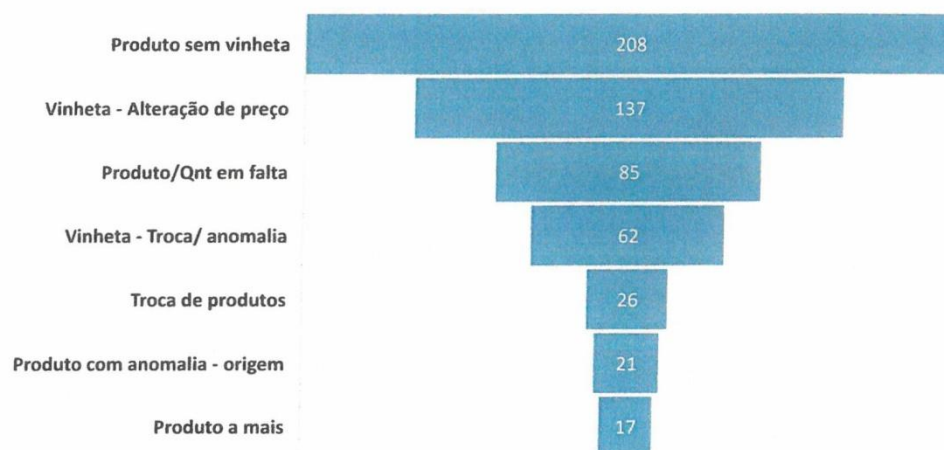
a) Reclamação dos Clientes

Em 2020 foram registradas um total de 2.055 ocorrências (SEDE+DRB), correspondendo a uma média mensal de 171 ocorrências. Esse valor representa um agravamento de 26% face a 2019.

Esse agravamento reflete a pressão colocada sob as Unidades de Logística, num ano particularmente caótico, cuja capacidade de resposta, por diversas vezes, esgotou.

Reclamações 2020

Motivos mais frequentes



Os motivos relacionados com vinhetas (ausência, com preços errados e troca/anomalia) e quantidades em faltas foram os mais frequentes em 2020, à semelhança do ano 2019.

Não obstante o agravamento das reclamações, registaram-se melhorias no prazo de resolução das reclamações, que passou de 1,9 dias em 2019 para 1,5 dias em 2020, cumprindo com a meta de resolução em 48h.



empresa certificada
desde maio/2020

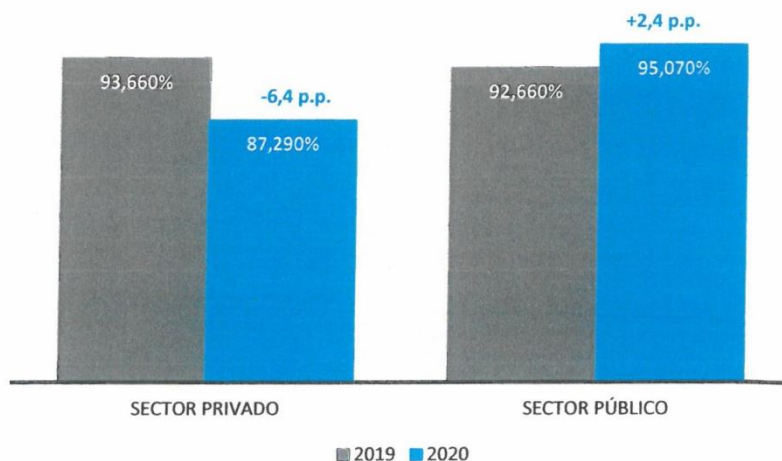
b) Índice de satisfação das encomendas de clientes

O ano atípico que se viveu também não abonou a satisfação das encomendas do setor privado, pelo facto de no início da pandemia a procura desenfreada, sobretudo de pelos EPI e desinfetantes, ter sido bastante superior à oferta disponível.

Uma análise relevante, por setor (público e privado), é apresentada abaixo dada a especificidade de cada um já que, em regra, o setor privado coloca as suas encomendas numa base diária e, o setor público numa base mensal, excetuando GAF-Gabinete de Assuntos Farmacêuticos que as realiza trimestralmente.

Índice Satisfação de Encomendas

Por setor e ano



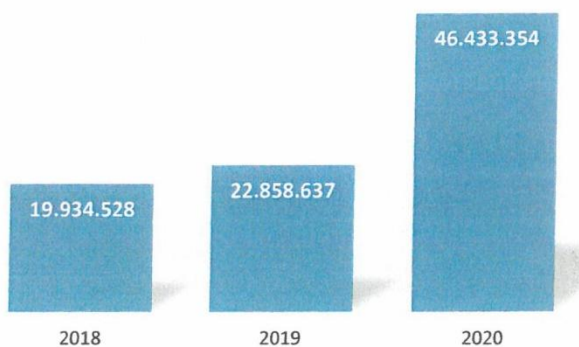
c) Inutilizações de produtos

A empresa não conseguiu cumprir com objetivo de redução dos inutilizados, tendo estes ocorridos sobretudo por perda de validade dos produtos.

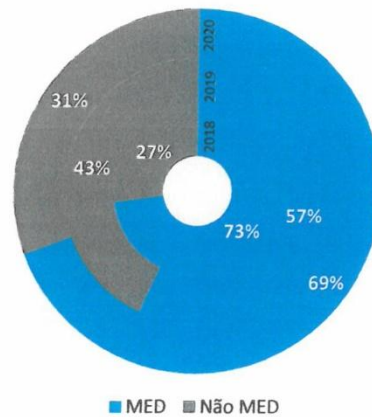
O nível de inutilizados viu-se agravado em 103% (atingindo um valor de 46.433.354 ECV). **Os MED representam 69% dos inutilizados globais** (32.240.490 ECV), um agravamento de 149% face ao ano anterior. Seguiu-se a família dos REA – Reagentes que atingiram 7.561.690 ECV de inutilizações.

Inutilizações

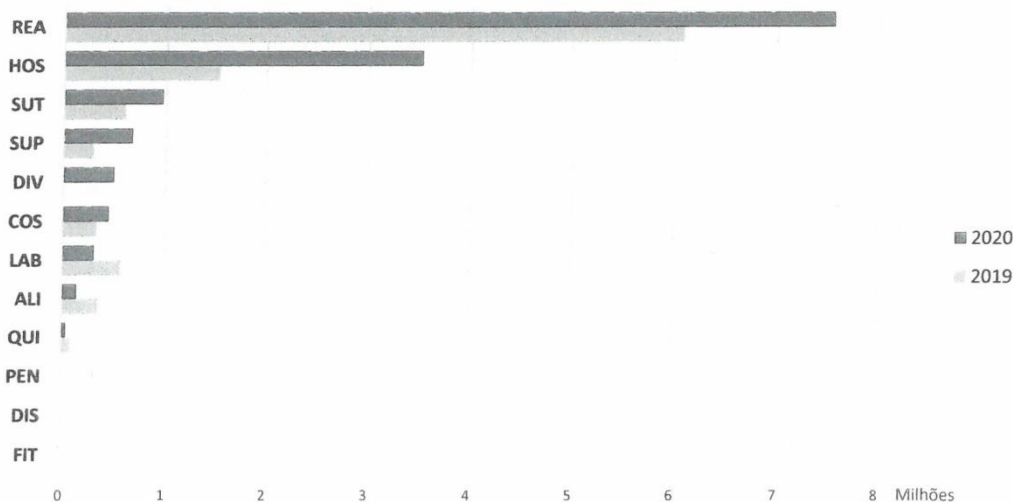
Evolução



Peso por Segmento, MED vs. Não MED



Comparação anual Não MED – Outras Famílias



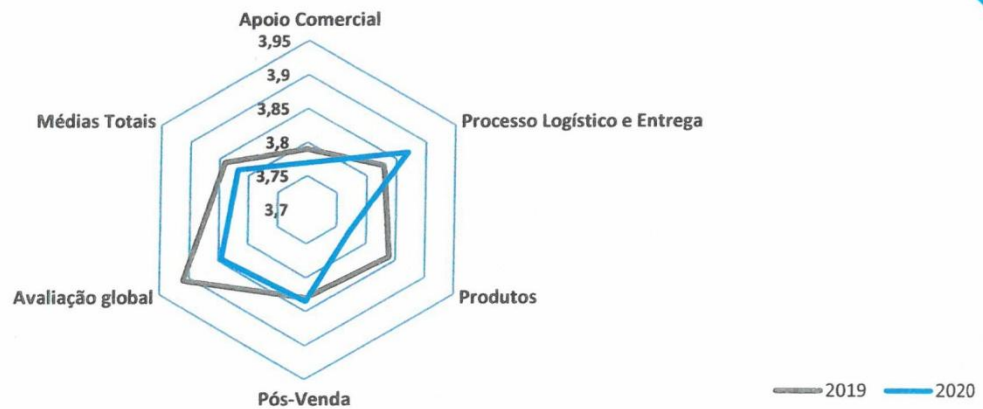
d) Avaliação da Satisfação de Clientes

A avaliação da satisfação dos clientes é feita anualmente e visa apurar o grau de satisfação dos clientes da empresa para com os serviços prestados, cujos resultados impelem a introdução de melhorias contínuas nos processos.

O estudo da avaliação da satisfação dos clientes, em 2020 regista níveis muito aceitáveis (**3,82 numa escala de 0 a 5**), facto reiterado no **Encontro Anual de Clientes** realizado em dezembro, remotamente, considerando que a EMPROFAC esteve à altura dos desafios que a crise do novo Corona Vírus provocou.

Satisfação dos Clientes

Avaliação Anual



5.3 Responsabilidade Social – Solidariedade em tempos de COVID

De uma forma diferente, a EMPROFAC continuou a exercer a sua Responsabilidade Social, adaptando-se às restrições sentidas no país e no seio da sociedade. Reforçou-se o compromisso com o desenvolvimento dos sectores da saúde e educação em Cabo verde, comprometidamente com o combate à propagação da doença Covid-19 e o apoio ao setor publico com a doação, por exemplo, de um autocarro destinado ao Hospital da Trindade (extensão do HAN).

A referida doação visa apoiar o serviço do referido Hospital e em particular no transporte dos seus profissionais.

5.4 Sistemas de Informação e Comunicação

O ano de 2020 com as restrições impostas pela pandemia e sucessivas declarações de estado de emergência e calamidade, a Unidade de Sistemas de Informação, desempenhou um papel fundamental na empresa.

Durante o período de estado de emergência a **Unidade de Sistemas de Informação teve a necessidade de criar condições técnicas e de segurança, por forma a que vários colaboradores pudessem continuar a exercer a sua atividade empresarial a partir de casa.**

Neste sentido **foi configurado uma VPN, com serviço de acesso remoto para permitir que vários colaboradores pudessem aceder ao sistema a partir de casa.**

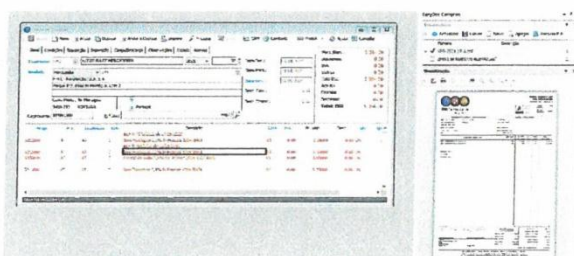
Não obstante as dificuldades, durante o ano de 2020 foi possível realizar alguns projetos que permitiram melhorar a eficiência interna da empresa, nomeadamente: sistema de gestão documental, nova plataforma web, melhoria dos sistemas de segurança da informação.

★ Gestão Documental

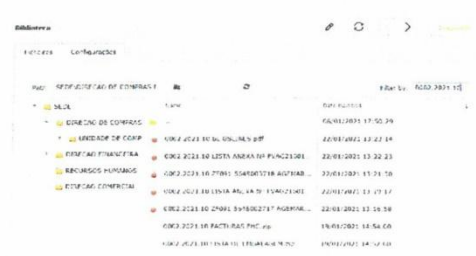
De acordo com as atividades previstas a empresa adquiriu e configurou uma plataforma de gestão documental, com o objetivo de anexar todas as faturas e documentos do processo no formato PDF.

Desta forma os documentos ficam disponíveis para a direção financeira para classificação e lançamento contabilístico, sem a necessidade de receberem o documento em papel.

O sistema de gestão documental foi iniciado na área de compras, mas pretende-se que seja alargado a todas as áreas da empresa por forma a iniciar um processo de desmaterialização documental.



Ex: Gestão Documental



Ex: Biblioteca Documental

O sistema possui ainda um portal em que todos os colaboradores poderão aceder aos documentos de acordo com as permissões que lhes forem atribuídas.

★ Atualização website Empromac

Com o intuito de tornar o website mais rápido e disponibilizar mais informações aos clientes, desenvolveu-se um projeto de atualização de toda a área reservada dos clientes.

O sistema contempla um novo catálogo de produtos que permite aos clientes visualizar a disponibilidade de stock dos dois armazéns (SEDE e DRB) e efetuar encomendas em ambos os armazéns.

O sistema permite ainda aos clientes, um acompanhamento em tempo real do estado das suas encomendas e visualização das faturas pendentes e dos extratos da conta corrente.



Disponibiliza ainda informações adicionais dos produtos como: Informação farmacêutica, comparticipação, características técnicas, fotografias etc...

Permite aos clientes efetuarem a importação dos seus ficheiros *Winfar* diretamente na loja online e a substituição de produtos em caso de indisponibilidade das marcas pretendidas.

★ Processamento de encomendas

Paralelamente ao desenvolvimento do website, foi desenvolvido o módulo de processamento de encomendas no ERP Primavera.

O módulo de processamento de encomendas é um aplicativo associado ao ERP Primavera que permite processar as encomendas, selecionando lotes, validades, localizações de acordo com critérios previamente estabelecidos: **1. FEFO - First-Expire, First-Out** e **2. Localização de Picking**.

Desta forma é eliminado os erros na seleção dos lotes e validades e acelera o tratamento da encomenda para a logística. O sistema permite ainda a cativação e a reserva dos stocks das quantidades disponíveis e efetuar o tratamento dos produtos rateados. As quantidades encomendadas e indisponíveis serão transformadas em "Encomenda Não Satisfeita" e enviado por email de forma automática.



empresa certificada
desde maio/2020

★ Segurança

Relativamente a segurança do sistema, a empresa adquiriu uma firewall de perímetro que permite efetuar a gestão do tráfego entre a rede interna e a internet.

Com a entrada do país em estado de emergência houve a necessidade de muitos colaboradores trabalharem a distância. Essa situação aumentou de forma significativa a ameaça de ataques informáticos a empresa, pelo que se tornou urgente essa aquisição.

★ Manutenção de Equipamentos

Em 2020 foi programada quatro manutenções aos equipamentos da empresa. Duas na Sede e duas na DRB. As manutenções da Sede agendadas para março e outubro foram realizadas nas datas previstas.

Devido a situação da pandemia e das restrições nas viagens, não foi possível deslocar a delegação de S. Vicente para efetuar a manutenção dos equipamentos

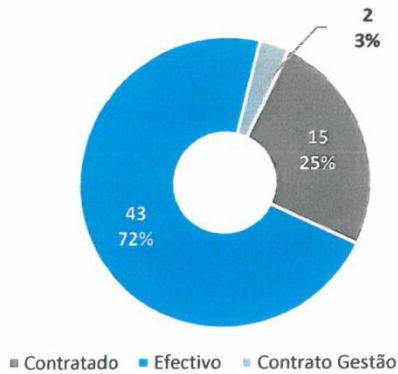
5.5 Recursos Humanos

A 31 de dezembro de 2020, os Recursos Humanos da Emprofac englobavam 60 colaboradores, mais 1 que no ano anterior, e apresentavam a seguinte caracterização:

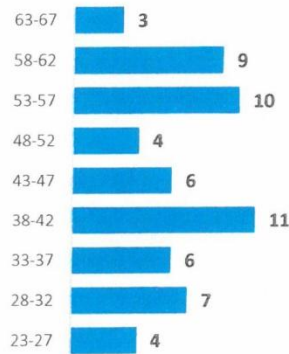


60 Colaboradores

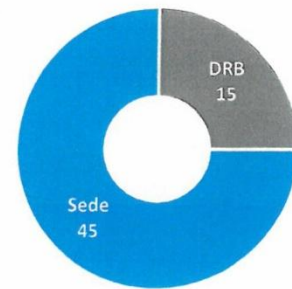
Relação Jurídica



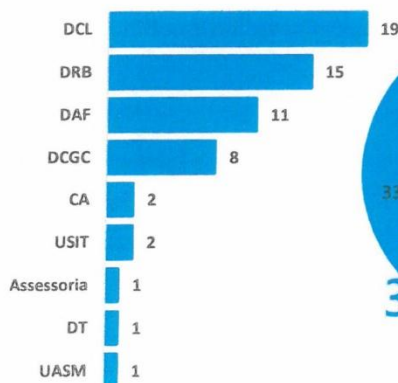
Faixa etária



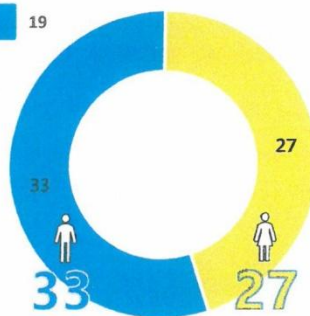
Área Geográfica



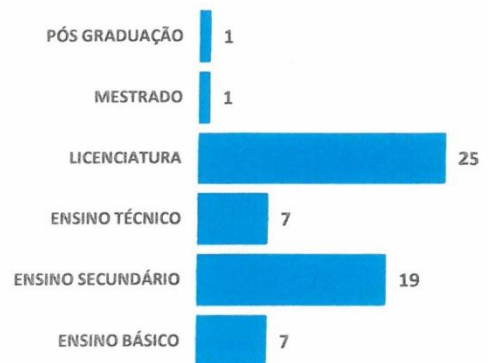
Área funcional



Gênero



Escolaridade



A empresa manteve a política de terciarização de serviços, nomeadamente, vigilância, limpeza, secretariado, rececionistas, bem como serviços de apoio à Unidade de Logística (operadores de carga e selagem).

Recursos Humanos



Principais KPI - Evolução



#Colaboradores

Antiguidade média (n.º de anos)

Gastos com a Formação (milECV)

N.º horas de Formação

Gastos com Pessoal (milECV)

Encargo Médio por colaborador (milECV)

Despesas com o Pessoal no VAB

Produtividade de Trabalho (milECV)

Índice de satisfação de pessoal (escala 1 a 4)

2018

2019

2020

Spklines

56

59

60

17

16

16

1.810

2.957

473

456

1.079

380

114.255

117.441

124.665

2.040

1.991

2.113

28%

29%

29%

7.411

6.783

7.156

2,81

2,98

2,91

Em 2020 o **custo com pessoal atingiu 124.665.167 ECV**, um aumento em valores absolutos de 7.224.628 ECV face ao período homólogo. Esta variação decorreu de aumentos verificados, sobretudo nas rubricas Remunerações dos órgãos sociais, sob a forma de prémios de gestão e Remunerações do pessoal.

A satisfação e recompensa dos colaboradores continua a ser uma preocupação constante da empresa e, para o efeito **a empresa concedeu um prémio aos colaboradores** em resultado do bom desempenho da empresa no ano anterior.

A empresa tem implementado ainda **outras políticas de incentivo**, tais como: empréstimos aos colaboradores à taxa de juro atrativa para finalidades como a formação, o custeio de tratamentos de saúde e aquisição de habitação ou viatura própria, bem como um plano de saúde que abrange os colaboradores e seus familiares diretos.

O inquérito de satisfação de colaboradores tem sido um poderoso instrumento para avaliar a perceção da Emprofac pelos colaboradores, conhecer o nível de engajamento e avaliar tendências. Em 2020, **a avaliação média situou-se nos 2,91 pontos** (escala 1 – 4), ou seja, “quase satisfeito” e representou uma deterioração de 0,07 pontos face ao ano anterior.

Nesse inquérito, **o item que obteve melhor pontuação foi “6-Satisfação com as medidas de prevenção e contingência adotadas pela EMPROFAC, no âmbito da pandemia Covid-19”** cuja pontuação média global atingiu 3,24.

Em relação à formação, em 2020 estavam previstas várias formações, porém dada a pandemia apenas um número reduzido de formações foi realizada, sendo algumas delas por via online.

Recursos Humanos

Formações realizadas



Caixeiro Despachante	240h	1
Controlo Financeiro e de Gestão	40h	2
Marketing Digital	8h	2
Gestão da Qualidade – ISO 90015:2015	40h	2
Gestão da Qualidade – ISO 90015:2015 e Auditorias da Qualidade	40h	3
Coaching e desenvolvimento pessoal	12h	15

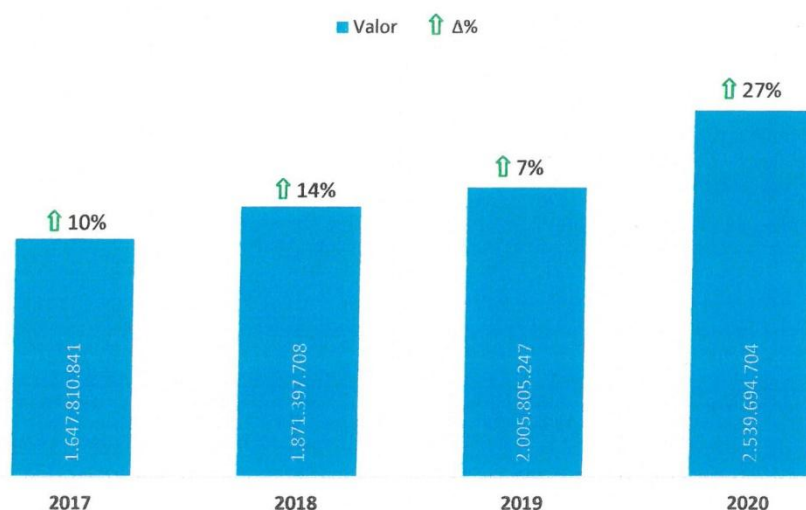
06

Análise Económico-Financeira

As vendas no ano de 2020 atingiram o montante de 2.539.694.704 ECV, um crescimento em termos absolutos de 533.889.457 ECV e, em termos relativos, um aumento de 26,6% em relação ao exercício precedente.

O ano 2020 segue o ritmo de crescimento dos últimos anos (10% em 2017, 14% em 2018, 7,2% em 2019 e 26,6% em 2020), não obstante ter sido um ano atípico, devido à pandemia da Covid-19.

Evolução do volume de vendas



Os gastos com as mercadorias vendidas e matérias consumidas (GMVMC), aumentaram 33,5% face ao período homólogo, atingindo o montante de 2.024.080.775 ECV, o equivalente a 80% do volume de vendas.

O crescente aumento dos gastos adicionais relacionados com as compras de produtos importados, associado ao aumento dos preços junto dos nossos tradicionais fornecedores, explicam esse crescimento nos últimos anos, conforme se pode verificar através do gráfico seguinte.

Evolução dos Gastos com Mercadorias Vendidas (GMVMC)



Os GMVMC relativos aos produtos importados, foram superiores aos Gastos com os produtos nacionais, **não obstante a margem de venda dos produtos importados se situar nos 23%, enquanto nos produtos de origem nacional ficou-se nos 16%.**

Constata-se que a evolução dos **GMVMC, não segue a mesma proporção que o volume das vendas.**

A análise da evolução da totalidade dos gastos do exercício e deste **crescimento de 33,3%, em relação ao total dos gastos do exercício anterior,** é explicado pelo seguinte:

★ Gastos de funcionamento – FSE

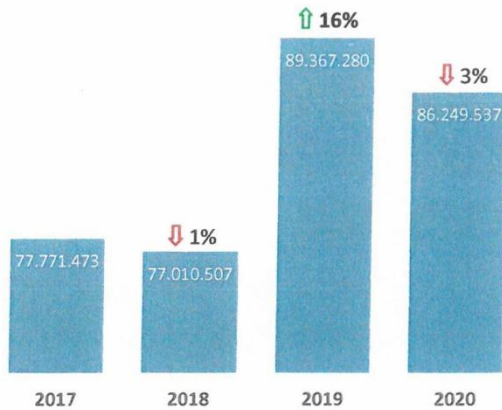
Registou-se uma diminuição de 3,5% face ao período homologado, atingindo os 86.249.537 ECV.

As rubricas com maior expressão são os Trabalhos Especializados com 16,9%, as Despesas com serviços bancários - 14,4%, Eletricidade - 8,2%, Conservação e Reparação com 5,3% e Transporte de inventários com 9,6%.

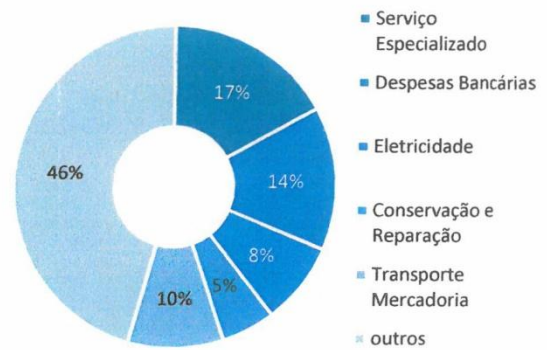
Abaixo a evolução dos custos de funcionamento nos últimos 4 anos.

Evolução dos FSE

Evolução anual



Peso dos FSE_2020



★ GASTOS COM PESSOAL

A conjugação do impacto das atualizações salariais, os movimentos de progressão na carreira e o aumento do número de colaboradores, justificam o registo continuado dos aumentos dos gastos com pessoal. A 31 de dezembro a empresa contava com 60 colaboradores, contra os 59 registados em dezembro de 2019.

Neste ano económico, esta rubrica acresceu 6,2% face a 2019, alcançando os 117.440.539 ECV, um aumento absoluto de 3.185.624 ECV.

A **Produtividade do Trabalho** cifrou-se em 7.156.073 ECV, o que traduziu uma variação positiva de 5,5% face a 2019 que foi de 6.783.328 ECV.

O **encargo médio por trabalhador** também registou uma variação positiva de 4,4%, em termos relativos, passando de 1.990.518 ECV para 2.077.753 ECV/ano.

★ Indicadores Económicos

O **Valor Acrescentado Bruto (VAB)**, em termos relativos, teve uma variação positiva de 7,3% em relação ao exercício anterior.



empresa certificada
desde maio/2020

O **Excedente Bruto de Exploração (E.B.E.)**, cresceu em 7,8%, passando de 282.775.807 ECV para 304.699.225 ECV.

Os **Encargos com Serviços Bancários e Financeiros** registaram um crescimento superior a 100%, indicador que passou de 5.631.945 ECV em 2019 para 22.922.125 ECV em 2020.

A **percentagem dos Encargos Bancários e financeiros no Valor Acrescentado Bruto (VAB)** passou de 1,3% para 4,8% em 2020.

A capacidade de autofinanciamento da empresa, traduzida pelo **"Cash Flow"** **decreceu em 7,1%** (de 298.258.866 ECV em 2019, passou para o valor de 277.180.057 ECV em 2020).

O **Esforço do Investimento** passou de 8% em 2019 para 2%, no exercício em análise.

6.1 ANÁLISE FINANCEIRA

O exercício 2020, foi marcado pelo crescimento do volume de negócios e, paralelamente, por um maior crescimento de algumas rúbricas de gastos, em comparação com os exercícios anteriores. **As vendas da empresa cresceram em 26,6%, os gastos com mercadorias vendidas cresceram na ordem dos 33,5%.**

Ao crescimento das vendas, que contribuiu para a melhoria dos Resultados do exercício, acrescenta-se os Resultados da Participada, reconhecidos através do MEP, que no exercício 2020 atingiram o montante de 49.745.683 ECV.

A nível dos resultados líquidos, se nos últimos exercícios registaram-se subsequentes aumentos, em termos relativos, **o exercício de 2020 ficou marcado por um decréscimo dos resultados na ordem dos 32,1% em relação ao exercício anterior**, o que em termos absolutos é de uma redução de 64.599.775 EC.

Evolução dos Resultados



Apesar do aumento das vendas em cerca de 27%, os resultados líquidos não acompanharam a mesma tendência. Esta situação encontra explicação no aumento considerável dos gastos do exercício, sobretudo os gastos com mercadorias vendidas, as perdas por ajustamentos de inventários e os outros gastos.



empresa certificada
desde maio/2020

O Ativo corrente (Capital Circulante) registou um crescimento de 41,6%, devido ao impacto do aumento do valor dos saldos de clientes no montante de +622.027.202 ECV, conjugado com o aumento dos Inventários em armazém no montante de +157.727.477 ECV.

Evolução do Ativo

Valor (M ECV)	2018	2019	2020	Δ% (ano anterior)	Splines
Capital Circulante	1.478	1.815	2.574	↑ 42%	
Inventários	611	1.078	1.236	↑ 15%	
Clientes	686	603	1.225	↑ 103%	
Imbilizado Líquido	275	286	266	↓ -7%	
Activo Total	1.950	2.329	3.094	↑ 33%	
Rendibilidade do Ativo	11%	9%	5%	↓ -44%	

O **Activo Total** cifrou em **3.094.209.774 ECV em 2020**, contra 2.329.329.835 ECV em 2019.

É de salientar que a rubrica com maior peso no Ativo corrente é o inventário, que representa 40% do total do Ativo, esta situação deve-se ao facto da EMPROFAC ter registado em 2019 e 2020 o maior valor de Inventários em armazém dos últimos 10 anos.

O crescente aumento do valor dos inventários também teve como implicações diretas, o crescimento do risco de aumento das imparidades em Inventários, devido a existência em armazém, de produtos de baixa rotação e prazos de validade abaixo de um ano.

A nível do Passivo, a 31 de dezembro registou-se o valor de 1.867.176.317 ECV, dos quais 82%, são Passivos correntes e apenas 18% Passivos não correntes.

Evolução do Passivo

Valor (M ECV)	2018	2019	2020	Δ% (ano anterior)	Splines
Passivo a M/L Prazos	42	42	329	↑ 688%	
Financiamentos Obtido	33	33	321	↑ 863%	
Passivo a Curto Prazo	751	1.103	1.538	↑ 39%	
Fornecedores	294	859	1.080	↑ 26%	
Accionistas/Sócios	329	166	252	↑ 51%	
Financiamentos Obtido	33		145	↑ 100%	
Passivo Total	793	1.145	1.867	↑ 63%	

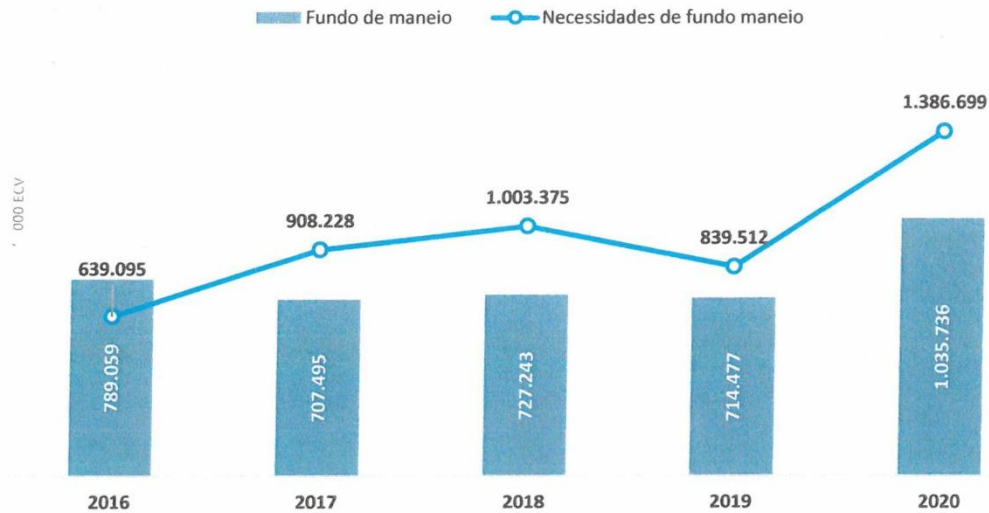
A rubrica com maior representação em termos de saldos é a conta de fornecedores, com o peso de 70% do total do passivo.

O Capital Próprio registou um crescimento de 3,6%, relativamente ao ano anterior.

Evolução do Capital Próprio

Valor (M ECV)	2018	2019	2020	Δ% (ano anterior)	Splines
Resultados Líquidos	199	202	137	↓ -32%	
Capital Próprio	1.157	1.145	1.227	↑ 7%	
Capital Permanente	1.220	1.226	1.456	↑ 19%	
Fundo de Maneio	727	712	1.036	↑ 45%	

Evolução do Fundo de Maneio vs. Necessidades de FM



O **Fundo de Maneio** registou em termos relativos um crescimento de **45%**, passando de 711.631.454 ECV para 1.035.735.835 ECV, sendo que a necessidade de Fundo Maneio passou de 839.512.305 ECV para 1.386.698.585 ECV em 2020.

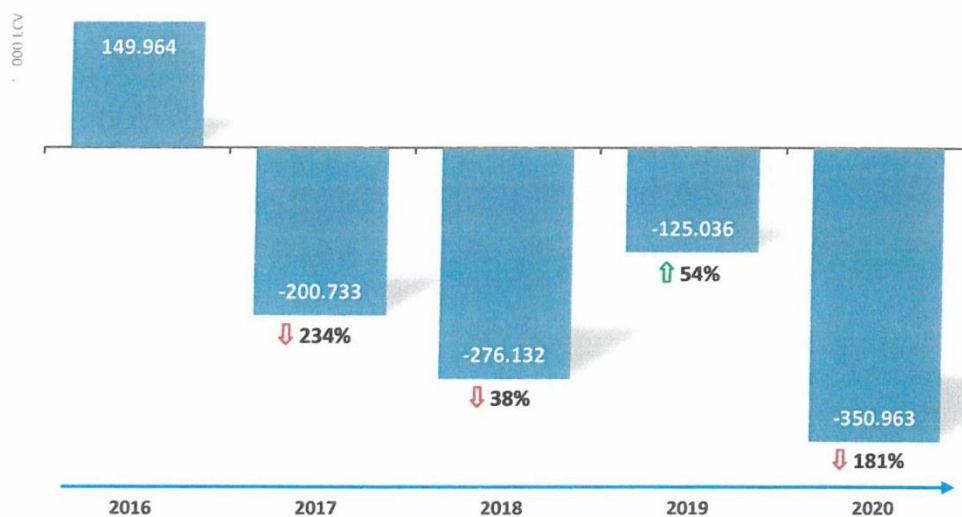
Rácios Financeiros

Valor (%)	2018	2019	2020	Δ% (ano anterior)	Splines
Liquidez Geral	1,97	1,65	1,67	↑ 1%	
Liquidez Reduzida	1,16	0,66	0,87	↑ 31%	
Autonomia Financeira a c/prazo	0,49	0,39	0,40	↑ 4%	
Autonomia Financeira a m/l prazo	27,69	28,33	3,72	↓ -87%	
Solvabilidade Total	1,46	1,03	0,66	↓ -36%	
Cobertura do Imobilizado	4,20	4,14	4,60	↑ 11%	
Cobertura do Ativo Total	0,59	0,51	0,40	↓ -22%	

A **Liquidez Geral**, que evidencia em que medida as obrigações de curto prazo (passivo circulante) estão cobertas pelos ativos (ativo circulante) que podem ser convertidos em “liquidez” no prazo de um ano, passou de 1,65 em 2019 para 1,67 em 2020.

A **Liquidez Reduzida** viu-se agravada, passando de 0,66% em 2019 para 0,87% em 2020; apesar da melhoria suscita ainda alguma preocupação, uma vez que este rácio permite avaliar até que medida as obrigações de curto prazo, estão a ser cobertas com recurso aos meios financeiros líquidos (caixa e depósitos bancários) e cobrança de créditos de curto prazo.

Evolução da Tesouraria Líquida



O saldo da conta clientes da **EMPROFAC**, registou no final do ano 2020 uma dívida total de **1.224.893.821 ECV**, contra os 602.857.393 ECV registados a 31 de dezembro de 2019.

O **prazo médio de recebimento de clientes foi de 132 dias em 2020**, contra 114 dias em 2019. Esse agravamento teve por base as dívidas acumuladas do setor público, nomeadamente do Gabinete dos Assuntos Farmacêuticos.

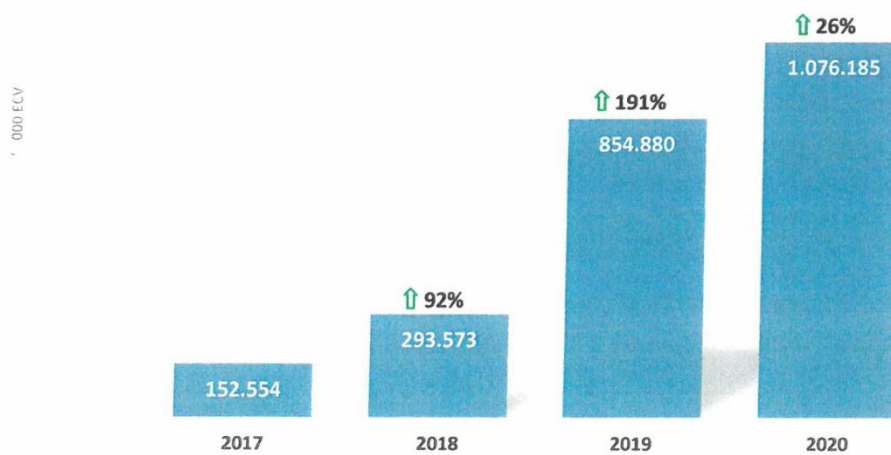
Não obstante, o Memorando de Encontro de Contas realizado entre o Estado de Cabo Verde, a Emprofac e o Gabinete dos Assuntos Farmacêuticos, no montante de 328.622.120 ECV, em dezembro de 2019, o prazo médio de recebimento do sector público, passou de 311 dias para 301 dias em 2020.

Evolução da dívida de clientes



No exercício de 2020, registou-se um **crescimento significativo do saldo da conta corrente dos principais fornecedores**, cuja dívida ascendeu ao valor de 1.079.738.719 ECV, um acréscimo de 26%, relativamente ao ano anterior.

Evolução da dívida de fornecedores





empresa certificada
desde maio/2020

O prazo médio de pagamento a fornecedores, passou de 102 dias em 2019, para 150 dias em 2020, assinalando que ao prazo médio de pagam ao fornecedor nacional foi de 113 dias, contra os 76 de 2019.

Indicadores de Atividade

Valor (dias)	2018	2019	2020	$\Delta\%$ (ano anterior)	Spklines
Prazo Médio de Recebimento	120	114	132	↑ 16%	
Setor Público	370	341	301	↓ -12%	
Setor Privado	26	27	31	↑ 15%	
Prazo Médio de Pagamento	55	102	150	↑ 47%	
Fornecedor nacional	52	76	113	↑ 49%	
Rotação de Stock	156	209	219	↑ 5%	

A duração média da rotação das existências foi de 219 dias em 2020, um aumento de 10 dias em relação ao exercício de 2019 e o número de rotações médias de 1,67 em 2020 contra 1,75 em 2019.

6.2 Investimentos

Os investimentos realizados durante o exercício agora findo discriminam-se da seguinte forma:

Investimentos

Rubricas (ECV)	2019	2020	Δ% (ano anterior)
Edifícios e Outras Construções	-	3.062.036	↑ 100%
Equip. Básico e Outras Máquinas	960.949	11.470.997	↑ 1094%
Material de Carga e Transporte	6.448.000	13.477.544	↑ 109%
Equip. Administrativo e Mob. Diversos	828.612	4.763.502	↑ 475%
Ativos Fixos Tangíveis em curso	-	-	
Ativos Intangíveis	-	1.955.312	↑ 100%
Total	8.237.561	34.729.391	↑ 322%

No exercício em análise, **os investimentos realizados referem-se essencialmente à aquisição de um Autocarro para transporte do pessoal, equipamentos informáticos e mobiliário** para as diferentes estruturas da Empresa.

A **Rendibilidade do Ativo em 2020 situou-se nos 5% contrariamente ao que se havia registado no ano anterior em 9%, facto que se ficou a dever, nomeadamente à redução dos resultados líquidos.**

A **Rendibilidade das Vendas passou de 10% em 2019 para 5,4% em 2020**, em resultado de uma variação de gastos superior, em termos proporcionais, à dos proveitos do exercício.

07
Proposta de Aplicação de Resultados

O Conselho de Administração apresenta a seguinte proposta de aplicação do Resultado Líquido do Exercício:

Proposta

Contas 2020	Proposta CA	
Aplicação	%	Valor (ECV)
Resultado Líquido do Ano	----	136.926.854
Lucro Reconhecido MEP	----	49.745.683
Dividendos 2020 Distribuídos em 2021 (de acordo c/ AG Inpharma)	----	20.000.000
Lucros não atribuídos	----	29.745.683
Resultado Líquido Distribuível	100%	107.181.171
Dividendos	88,0%	94.319.431
Reservas	9,5%	10.182.211
Prémio Produtividade	2,5%	2.679.529

Nos exercícios anteriores, a administração vinha defendendo, na distribuição dos resultados, proposta de atribuição do equivalente a 1 salário a cada colaborador, a título de prémio de produtividade pelos resultados alcançados.

Em 2020, reconhecendo que o impacto da pandemia determinou resultados globais aquém do previsto e, atendendo que não haverá atualização salarial, conforme indicações do Acionista, os administradores defendem uma proposta de distribuição do equivalente a 50% do salário mensal de cada colaborador. A proposta tem como suporte o reconhecimento do trabalho desenvolvido, a dedicação e esforços redobrados, visando dar resposta às necessidades específicas do contexto difícil e atípico vivido no ano e, o incentivo ao alcance de melhores resultados, mesmo em continuidade da pandemia.



empresa certificada
desde maio/2020

08

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mesmo num ano adverso como foi o de 2020, **estamos conscientes de ter cumprido cabalmente a missão da empresa**, sempre focada nos melhores padrões de serviço ao cliente, com transparência e exercendo a sua Responsabilidade Social.

As contas relativas ao exercício de 2020, refletem de forma transparente e credível a situação financeira da empresa, bem como os resultados da atividade.

Os resultados, aquém dos projetados, de algum modo refletem o **custo económico e social da pandemia**, transversal a todas as atividades e setores, ainda que em grau e nível diversos.

No caso da Emprofac, **não obstante o desempenho comercial, determinado pela resposta a um conjunto de novas necessidades em que o Setor Público da Saúde assumiu um protagonismo notável**, os exíguos recursos orçamentais do país para fazer face a essas e a outras necessidades crescentes, exigiram medidas de mitigação para a minimização dos seus efeitos, mas com reflexos diretos em alguns indicadores económicos e financeiros

O **nosso especial reconhecimento aos nossos fornecedores nacionais e externos, verdadeiros parceiros nesta difícil caminhada, mas que nos apoiaram incondicionalmente**, para que fosse possível, em contexto adverso, continuar a satisfazer as necessidades dos nossos clientes, privado e público e, ao nosso país.

Especial **agradecimento também aos nossos Clientes, às Instituições Públicas e Privadas**, pela forma como muito satisfatoriamente se desenrolaram as relações comerciais e institucionais.

A todos **os trabalhadores e colaboradores da Empresa, um agradecimento muito sincero pela dedicação e esforços redobrados**, sem os quais não teria sido possível atingir os resultados expressos neste relatório.

O Conselho de Administração,


Ana Clotilde Ribeiro Duarte

EMPROFAC
Empresa Nacional de Produtos Farmacêuticos
Praia

Melina Monteiro Veiga





